

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Departamento de Relações Internacionais

Vinícius França Hadad Araújo

O Para-militarismo, O Mito da Fronteira e a Ambiguidade Identitária.

Belo Horizonte

2014

Vinícius França Haddad Araujo

O Para-militarismo, O Mito da Fronteira e a Ambiguidade Identitária.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Leonardo César Souza Ramos.

Belo Horizonte

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A663p Araújo, Vinícius França Hadad
O para-militarismo, o mito da fronteira e a ambiguidade identitária /
Vinícius França Hadad Araújo. Belo Horizonte, 2014.
88f.

Orientador: Leonardo César Souza Ramos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Segurança internacional. 2. Identidade. 3. Forças paramilitares. 4.
Soberania. I. Ramos, Leonardo César Souza. II. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

O Para-militarismo, O Mito da Fronteira e a Ambiguidade Identitária.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos (Orientador) – PUC Minas

Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes – PUC Minas

Prof. Dr. Diego Santos Vieira de Jesus – PUC Rio

Belo Horizonte,
20 de janeiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador Leonardo pelo apoio e dedicação.

Agradeço aos meus colegas e professores pelas discussões sobre a disciplina e as contribuições feitas a este trabalho. Meu entendimento em relações internacionais não seria o mesmo sem sua influência.

Agradeço a minha Mãe Elen por sempre acreditar em mim.

Agradeço a CAPES pelo apoio e suporte não apenas a este trabalho, mas ao progresso acadêmico e científico nacional.

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória moderna do paramilitarismo. A partir dos pressupostos da tradição pós-estruturalista das Relações Internacionais, visando demonstrar a artificialidade da construção social da segregação entre as forças militares e paramilitares. Embasado nos autores da subárea de Segurança das Relações Internacionais. Esta dissertação demonstra as contradições e instabilidades dos discursos que constroem a visão moderna do paramilitar, focando no uso das empresas paramilitares privadas pelos Estados Unidos no século XXI.

Palavras - chave: Securitização, Identidade, Paramilitarismo, Soberania.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the modern trajectory of paramilitarism. From the premises of the poststructuralist tradition of international relations, aimed at demonstrating the artificiality of the social construction of segregation between the military and paramilitaries. Based on the authors of the sub-area of Security in international relations. This dissertation demonstrates the contradictions and instability of the discourses that construct the modern view of paramilitary, focusing on the use of private paramilitary companies by the United States in the 21st century.

Keywords: Securization, Identity, Paramilitarism, Sovereignty.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
1. SOBERANIA E SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	14
1.1 A Linguagem, a estrutura e a Pós-Modernidade.....	15
1.2 Segurança Internacional na modernidade.....	17
1.3 A Soberania, a Dicotomia <i>Inside/Outside</i> e a Elaboração do Estado Moderno....	20
1.4 A Agenda Estatal Moderna e o Processo de Securitização.....	26
1.5 Biopolíticas e o Estado de Exceção.....	30
CONCLUSÃO.....	33
2. OS EXÉRCITOS PRIVADOS.....	35
2.2 Armas e Ouro.....	36
2.3 Os Mercenários Modernos e A Nova Ordem Mundial.....	39
2.4 O Avanço Tecnológico e a Comodificação Militar.....	44
2.5 O Setor Privado no Sistema Internacional.....	47
2.6 A Socialização da Guerra.....	50
CONCLUSÃO.....	53
3. A GUERRA PRIVADA.....	55
3.1 TECNOLOGIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES.....	56
3.2 O AFGANISTÃO, OS TALIBÃ, E O ÓPIO.....	59
3.3 DEMOCRACIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E A GUERRA NO IRAQUE.....	62
3.4 DILEMAS DE REGULAÇÃO E SOBERANIA.....	65
3.5 ACCOUNTABILITY E IDENTIDADE.....	67
CONCLUSÃO.....	70
4. A PRIVATIZAÇÃO DA SOBERANIA.....	73
4.1 A ILUSÃO DE SOBERANIA.....	74
4.2 O PREÇO DA LIBERDADE.....	79
4.3 A COMERCIALIZAÇÃO DO MEDO.....	83
4.4 JOGOS DE GUERRA.....	85
CONCLUSÃO.....	88
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

A história é repleta de conflitos armados, a trajetória política da humanidade é repleta de guerras, rebeliões e insurgências. Soldados mercenários, piratas e outras formas de combatentes privados sempre fizeram parte destes conflitos, embora sua proeminência e o papel que estes combatentes desempenham têm mudado, assim como estes são interpretados socialmente.

Esta dissertação tem como objetivo analisar alguns dos dilemas envolvidos nos estudos sobre o uso de forças paramilitares na atualidade, analisando questões como os dilemas de soberania, legitimidade e prestação de contas. Em seguida, uma breve análise do uso de forças paramilitares pelos EUA na atualidade.

Os conceitos aplicáveis à disciplina de Relações Internacionais muitas vezes não possuem um consenso claro sobre sua definição. Esta pesquisa opta por um marco teórico Pós-Estrutural. Isso pressupõe que algumas definições conceituais serão arbitrárias e sujeitas a alterações. Esta característica provém da lógica Pós-Estruturalista de que qualquer noção discursiva está atrelada a constante revisão, proveniente da mudança de percepção dos autores e estudiosos do campo.

O uso de forças mercenárias foi parte do contexto mundial durante o estabelecimento do estado moderno. Com a criação do estado nação vemos um rompimento entre o exército nacional e as forças mercenárias que levou ao declínio a prática do uso destas forças privadas. Na modernidade o uso de forças privadas se torna algo controverso, às vezes até paradoxal. A pirataria é um bom exemplo, naquela época ela era considerada como criminosa, porém era usada por governos da época para exercer sua influência. Com a chegada dos séculos XX e XXI encontramos paradoxos semelhantes, como o uso de companhias paramilitares.

Este trabalho visa analisar estes paradoxos, assim como o impacto sócio político do uso destas forças. A área de segurança internacional é primordial para as RI, uma vez que a relação entre os Estados, para uma grande gama dos autores, se dá a partir da necessidade dos mesmos de garantir sua soberania. Sendo assim o assunto primordial da agenda estatal, principalmente durante a Guerra Fria, seriam as questões relacionadas à Segurança.

No contexto pós-guerra fria, é amplamente discutido entre os autores de Relações Internacionais, que outros fatores passaram a ocupar a agenda prioritária dos Estados, juntamente com as questões de segurança. O uso de forças paramilitares em questões de segurança pode estar vinculado a esta mudança de paradigma, uma vez que estas forças se mostram econômica e socialmente menos custosas para o Estado do que o uso exclusivo do contingente militar nacional.

O pós-estruturalismo nas RI se distingue do tradicionalismo da disciplina, por propor não apenas uma nova maneira de se analisar as relações entre os Estados, mas por demonstrar a artificialidade da construção do Sistema Internacional e da dicotomia “*inside/outside*”. A Análise de Discurso (AD) é fundamental para a criação do conhecimento no pós-estruturalismo das RI. Sua importância vai muito além de uma escolha metodológica. O pós-estruturalismo busca analisar e construir a noção do ‘real’ através do discurso, sendo as suas narrativas os blocos criadores da noção individual da realidade.

A AD então é a ferramenta fundamental para se produzir conhecimento nos padrões do Pós-Estruturalismo. A elaboração de um texto crítico sobre o real, nesta visão, deve advir desta análise. Desse modo a AD cria assim novas compreensões do ‘real’ a partir do significado criado nas relações sociais.

Segundo Campbell (1998), a interpretação do que deve ser considerado como perigo ou prioridade é subjetivo, estando sujeito a processos de securitização sociais que vão estabelecer o grau de importância de cada agenda. Sendo assim não necessariamente aquilo que é responsável por causar mais danos ao Estado será imperativamente estabelecido como a maior ameaça ao mesmo.

A noção de inimigo, dentro de um Estado, pode ser interpretada como uma construção social, de forma semelhante à noção de perigo, estando assim sujeita a interpretações individuais. Dessa forma pode ser possível propor que a segregação entre os grupos paramilitares externos, e os chamados *PMCs* (*Paramilitary Companies*), possa estar sujeita às noções individuais de cada Estado com relação a esta construção individual da noção interna do inimigo.

A corrente teórica escolhida tem como objetivo analisar o problema proposto através dos parâmetros Pós-Estruturalistas. A corrente teórica nos oferece recursos, através da análise de discurso, para estudarmos a artificialidade das construções sociais que estabeleceram a diferenciação entre estes diversos grupos militares.

Walker (1995) afirma que esta dicotomia é fundamental para a criação e atribuição de sentido ao campo das Relações Internacionais. Esta dicotomia tem como função distinguir os eventos perpetrados no plano internacional e no plano doméstico, desta maneira delimitando o conceito de Estado Nação, assim como sua abrangência. Sendo então fundamental para a produção de conhecimento da disciplina de Relações Internacionais.

As correntes teóricas tradicionais da disciplina segundo Walker (1995) buscam criar a noção de internacional a partir de um discurso arbitrário de que o Estado moderno pode ser analisado, a partir de suas semelhanças com as cidades-estados da Grécia antiga, em detrimento das diferenças entre eles.

Como apresentado anteriormente, Walker (1995) afirma que existe uma relação direta entre a definição de *inside/outside* e a definição espaço temporal, onde segundo o autor, *inside* estaria atrelado à noção relativa de tempo, enquanto o *outside* estaria mais atrelado à noção de espaço, sendo chave para fundamentar o conceito de soberania espacial entre as Nações.

Nesta pesquisa, será feito o uso de conceitos dicotômicos e análise de metáforas, que definem em grande parte o contexto social analisado. A análise destas dicotomias é fundamental para o pós-estruturalismo, uma vez que a desconstrução das mesmas demonstra a artificialidade dos mecanismos sociais que as criaram.

O conceito de segurança no campo das Relações internacionais, assim como a maioria dos demais conceitos aplicáveis a esta disciplina, não possui um consenso claro sobre sua definição. Esta pesquisa opta por um marco teórico Pós-Estrutural, pressupondo assim uma definição conceitual de 'segurança' que será arbitrária e sujeita a constante mudança. Esta característica provém da lógica Pós-Estruturalista de que qualquer noção discursiva está atrelada a constante revisão, proveniente da mudança de percepção dos autores e estudiosos do campo. Deste modo esta pesquisa apresentará algumas definições provisórias, advogadas pelas correntes teóricas de Relações Internacionais, culminando na presente visão Pós-estrutural deste conceito.

Como exposto por Hansen (2006) a análise de discurso pós-estruturalista deve partir do pressuposto de que apenas através da linguagem é que podemos dar sentido ao 'real'. Objetos, sujeitos e até mesmo o Estado passam a possuir sentido e identidade através do uso instrumental da linguagem. A linguagem então seria o

campo no qual transcorre a prática social em sua totalidade, sendo assim, impossível definirmos um sentido objetivo para o 'real' além da linguagem.

Para o pós-estruturalismo, a linguagem é ontologicamente significativa: é apenas através da construção linguística que 'coisas' – objetos, sujeitos, estados, seres vivos, e estruturas materiais ganham sentido e são preenchidos por uma identidade particular. A linguagem não é apenas uma ferramenta, mas funciona como um meio de registro de dados como (implicitamente) assumido pela ciência positivista e empirista. Mas um campo de prática política e social, e assim não há objetivo ou 'significado verdadeiro' além da representação linguística (Shapiro 1981:218). Entender a linguagem como *social* é vê-la não como propriedade individual, mas como uma série de códigos coletivos e convenções que cada indivíduo precisa empregar para se fazer entender. (HANSEN, 2006 p.18)¹

Nas ciências sociais o estruturalismo moderno prega a valorização da racionalidade e a busca pelo entendimento completo do 'real' através da instrumentalização desta racionalidade, aplicada às ciências formais em detrimento do senso comum, visto muitas vezes como irracional.

Para se estabelecer um possível paralelo entre a postura do Estado quanto ao uso de forças paramilitares ao longo do tempo, será adotada neste trabalho a lógica apresentada por Falsot (2004) de que para o estabelecimento do Estado, se faz necessário não somente a definição espacial, mas também uma demarcação temporal, capaz de agir como base imutável na qual é sedimentada a identidade estatal, permitindo mudanças no curso de ação presente.

No primeiro capítulo apresentaremos a teoria de Relações Internacionais que dão embasamento científico para o projeto, onde inicialmente será delimitado o que é Segurança para as RI. Em seguida será explicada a diferença entre o Estruturalismo e o Pós-Estruturalismo nas RI. Será exposto também o papel da dicotomia *inside/outside* para a disciplina e analisaremos as diferentes visões sobre a área de Segurança nas RI. Por fim será exposta a visão de Agamben sobre a biolítica e o estado de exceção.

¹ To poststructuralism, language is ontologically significant: it is only through the construction in language that 'things' – objects, subjects, states, living beings, and material structures – are given meaning and endowed with a particular identity. Language is not a transparent tool functioning as a medium for the registration of data as (implicitly) assumed by positivist, empiricist science, but a field of social and political practice, and hence there is no objective or 'true meaning' beyond the linguistic representation to which one can refer (Shapiro 1981:218). To understand language as *social* is to see it not as a private property of the individual but as a series of collective codes and conventions that each individual needs to employ to make oneself comprehensible.

O segundo capítulo apresenta alguns dos principais argumentos referentes a história do paramilitarismo, da antiguidade aos dias de hoje. Analisando a trajetória destas forças ao longo do tempo, assim como o impacto político, social e econômico resultante da ascensão e declínio do uso de forças privadas. Ainda no segundo capítulo serão debatidas algumas das principais teorias sobre o papel das forças privadas nos tempos atuais, como elas se diferem dos mercenários clássicos, assim como as consequências político sociais do uso de forças privadas pelos estados modernos.

Este capítulo consiste em demonstrar as visões históricas e acadêmicas tradicionais sobre o paramilitarismo, atuando em contraste com o marco teórico escolhido, demonstrando as diferenças e semelhanças entre os dois argumentos.

O Terceiro capítulo apresenta uma análise sobre o uso de forças paramilitares na atualidade tendo como foco o uso destas companhias pelos Estados Unidos nos recentes conflitos no Iraque e Afeganistão. Estes conflitos representam a maior parte do uso de companhias paramilitares na última década, sendo de grande importância para a segurança estadunidense.

Inicialmente neste capítulo é debatido como as empresas paramilitares se encaixam no aparato militar moderno, que se mostra cada vez mais tecnologicamente complexo. Posteriormente é analisado o papel das empresas paramilitares nos conflitos do Iraque e Afeganistão, mostrando alguns dos dilemas, benefícios e paradoxos do uso destas companhias e sua trajetória ao longo do desenrolar dos conflitos.

O quarto capítulo apresenta uma nova análise sobre uso de forças privadas na modernidade, mostrando uma visão alternativa sobre o uso destas empresas, e o impacto que estas possuem na dinâmica estatal. Inicialmente são analisados os dilemas de soberania envolvidos no uso de forças privadas para os estados, visando demonstrar que estas forças sempre estiveram presentes e seu uso pode ser visto como uma forma de estabilizar a noção de soberania, através de mecanismos discursivos de externalização.

Posteriormente serão analisados os efeitos político sociais do uso de companhias paramilitares sobre a perspectiva do marco teórico escolhido. Visando argumentar como é construído o discurso de externalização que torna política e economicamente viáveis o uso destas empresas, assim como as consequências

consideradas negativas e como estas afetam a maneira como estas companhias são socialmente interpretadas.

O quarto capítulo finaliza com uma breve análise de como a construção social das companhias paramilitares e seus empregados ajudam a estabelecer um perfil de desumanização do conflito, onde os membros destas empresas são vistos de forma amplamente distintas do soldado estatal e como o uso destas empresas ajuda a diminuir o custo humano da guerra em um nível discursivo. Esta tendência se apresenta em conjunto com o aumento tecnológico que visa salvaguardar a vida do soldado, com a implementação de novas tecnologias e novos métodos de resolução de conflitos armados.

Em conjunto estes capítulos trazem o embasamento teórico, tanto tradicional, quanto pós-moderno, assim como o contexto histórico no qual é construída a noção atual do paramilitarismo, proporcionando os argumentos necessários para a elaboração da análise proposta.

1. SOBERANIA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Os conceitos de segurança e soberania no campo das Relações internacionais, assim como a maioria dos demais conceitos aplicáveis a esta disciplina, não possui um consenso claro sobre sua definição. Esta pesquisa opta por um marco teórico Pós-Estrutural. Isso pressupõe que qualquer definição conceitual de 'segurança' e 'soberania' será arbitrária e sujeita a constante mudança. Esta característica provém da lógica Pós-Estruturalista de que qualquer noção discursiva está atrelada a constante revisão, proveniente da mudança de percepção dos autores e estudiosos do campo. Deste modo esta pesquisa apresentará algumas definições provisórias, advogadas pelas correntes teóricas de Relações Internacionais, culminando na presente visão Pós-estrutural destes conceitos.

Para argumentarmos como o dilema de segurança afeta as interações entre os atores no campo das Relações Internacionais devemos analisar como a segurança era vista durante a guerra fria e como é vista após a mesma. Além disso devemos delimitar as diferentes abordagens acadêmicas dentro do campo das Relações Internacionais, na subárea da segurança, de modo a contrastar a visão realista fundadora e a corrente teórica aqui usada a pós-estruturalista.

O conceito de soberania é de fundamental importância para as RI, pois delimita conceitualmente os limites de um estado, e serve como ponto de partida para uma análise teórica sobre as interações entre estes estados. Assim como o conceito de segurança, existem grandes divergências sobre o conceito de soberania. A tradição realista aborda a soberania estatal como impermeável e irrefutável, o idealismo por outro lado parte de uma noção de que existe uma comunidade de estados soberanos. Este debate segundo Weber (1995) é o componente central dos debates entre os teóricos de RI.

1.1 A Linguagem, a Estrutura e a Pós-Modernidade.

O pós-estruturalismo como conceito se enquadra dentro de uma definição mais abrangente de pós-modernidade. A pós-modernidade provém da transição

ocorrida após a denominada crise da modernidade, sendo um conceito amplo aplicável em todos os aspectos da vida social, das ciências acadêmicas às artes.

Nas Ciências Sociais o estruturalismo moderno prega a valorização da racionalidade, e a busca pelo entendimento completo do 'real' através da instrumentalização desta racionalidade. Ao atrelar esta racionalidade às ciências formais, em detrimento do senso comum que é visto como irracional, o estruturalismo moderno estabelece uma hierarquia entre a ciência e o senso comum. Esta hierarquia sustenta a importância da busca pela verdade estabelecida pelo estruturalismo e pressupõe uma visão linear da progressão da ciência e da acumulação de conhecimento.

Segundo Mendes (2008) a pós-modernidade aplicada às ciências sociais tem sua origem na virada linguística perpetrada pelos trabalhos de Foucault nos anos 70, culminando na tradição não racionalista, sendo denominada formalmente de 'Pós-Estruturalismo'.

O Pós-Estruturalismo, então, é definido pela existência do próprio Estruturalismo nas ciências sociais. A delimitação do conceito pós-estruturalismo pode ser vista pelo uso da subjetividade aplicada aos conceitos das ciências sociais. O uso do processo da desconstrução para demonstrar a arbitrariedade destes conceitos, expõe as contradições e metáforas fundadoras dos mesmos.

A obra de Saussure demonstra a arbitrariedade da representação textual. Segundo o autor a relação entre significante e significado é sempre arbitrária, onde a repetição e a disseminação destas relações criam uma cadeia de sentidos (Mendes 2008). Esta cadeia pode ser facilmente reconhecida por aqueles que compartilham minimamente uma identidade social.

Derrida (1974) em sua obra complementa esta noção expondo a dicotomia criada no sentido produzido pela avaliação discursiva da realidade. O autor expõe que aquilo que está dentro da capacidade normativa e racional do sujeito, e pode então ser instrumentalizado para o entendimento do 'real' de forma concreta (mesmo que provisória) seria considerado moralmente bom. E aquilo que estaria fora da percepção individual, além do alcance atual de instrumentalização e do entendimento do sujeito, seria considerado moralmente ruim. Esta moralização negativa do externo se faz a partir do pressuposto de que aquilo que se encontra fora da linguagem não é capaz de produzir sentido, sendo desta maneira irrelevante

para o indivíduo. Isso nos leva à noção de tudo aquilo que está além da percepção individual não é cabível de entendimento por parte deste indivíduo.

O pós-estruturalismo nas Relações Internacionais proporciona a quebra da dicotomia discursiva/extra discursiva e da oposição entre pensamento/realidade. Essa quebra se faz necessária para lidarmos com os recentes acontecimentos na política mundial. (CAMPBELL, 1998, p.7). Esta abordagem abre novas possibilidades para se analisar a origem de diversas manifestações de discursos condicionadores de externalidades e segregações no ambiente estatal moderno. (DEVETAK, 1996).

Campbell (1998) argumenta que a relação entre Estados e a política externa faz alusão direta a criação da identidade estatal. Esta por sua vez é formada de maneira semelhante à do indivíduo. A identidade estatal é criada em contraposição às identidades dos demais atores, visando ressaltar as diferenças e apagar as semelhanças entre elas; uma lógica antagônica à positivista clássica vista nas teorias de Relações Internacionais.

O pós-estruturalismo entende as ciências sociais de maneira distinta da tradição estruturalista clássica na qual é negada a impossibilidade do significado extra discursivo. Segundo ALVES, (1994) esta lógica provém da compreensão da inexistência de um discurso apolítico. A percepção individual atrelada à identidade em construção sempre influenciará a produção de qualquer discurso, ou seja, é afirmada uma constante relação entre poder e discurso.

O pós-estruturalismo nas Relações Internacionais faz uso dos conceitos de desconstrução e da noção de que o discurso é subjetivo e representativo da realidade socialmente construída. Estes conceitos demonstram a origem e a importância das metáforas discursivas para a produção do conhecimento, e a arbitrariedade dos conceitos instrumentais das Relações Internacionais.

1.2 Segurança Internacional na modernidade.

A segurança na contemporaneidade é vista como um assunto muito mais complexo do que era durante a guerra fria. Kolodziej (2005) descreve o mundo pós-

guerra fria como um novo mundo que desafia explicações ou entendimentos simples, dotado de ameaças nunca antes vistas.

A segurança é vista como significativamente mais desvinculada do quesito militar, onde novos assuntos passam a tomar prioridade na agenda internacional uma vez que o fim do sistema bipolar ocasionou esta mudança de enfoque bélico para outras áreas. A significativa presença das relações econômicas na agenda internacional dos países demonstra esta mudança de enfoque, assim como a presença mais significativa de outros assuntos como meio-ambiente e desenvolvimento humano e social.

Os estudos sobre a área de segurança após a guerra fria buscaram explicar a segurança em diferentes níveis de análise do que os analisados anteriormente. Buzan, Weaver e Wilde (1997) afirmam que definir segurança internacional, além do quesito militar clássico que a vê como puramente uma questão de sobrevivência, requer analisarmos uma agenda mais ampla sobre a questão da segurança.

Segurança internacional hoje é vista então de modo a incorporar áreas não antes abordadas pelo campo das Relações Internacionais, como agenda política e econômica. No setor político a definição de segurança passa pela noção de soberania, sendo uma ameaça qualquer coisa que coloque em risco esta soberania ou a legitimidade da mesma, não apenas ameaças bélicas, mas também ameaças socialmente construídas que coloque em xeque à legitimidade de um Estado no plano internacional.

Este argumento nos leva a salientar que nas visões contemporâneas de segurança são levados em consideração outros níveis de análise, como o nível regional, e pressupõe conceitos como o de sociedade entre Estados, algo inadmissível pelas teorias clássicas. A expansão da área de análise da segurança ao quesito político-social e econômico nos leva a analisar o caráter social da subárea da segurança, algo que remete aos estudos sobre o processo de securitização, e a formação de complexos de segurança.

Como visto no tópico anterior o pós-estruturalismo entende as ciências sociais de maneira distinta da tradição estruturalista clássica, onde é negado a impossibilidade do significado extra discursivo e da compreensão da inexistência de um discurso apolítico, assim como a constante relação entre poder e discurso.

O pós-estruturalismo nas Relações Internacionais nos permite argumentar que dentro do campo existe uma congruência tradicionalista, como dito por

Campbell (1998). Isto acaba por criar um discurso de que foram exauridas todas as possibilidades de interpretação sobre o fenômeno da guerra fria. Porém podemos argumentar que esta exaustão é proveniente desta base comum compartilhada de que existe um reino além do discurso onde todos os argumentos racionais são fundamentados. Isto é algo que pode ser debatido.

Segundo Campbell (1998) o papel da linguagem para o pós-estruturalismo é fundamental para este argumento, onde o valor do discurso sobre as interações dos Estados é único, com relação às demais teorias de Relações Internacionais. A percepção individual ditará o significado concreto que aquele discurso terá para o ator ao afetar suas interações. Complementando o argumento de que a dita 'realidade' não pode se constituir como tal fora do âmbito discursivo e ela será então avaliada de maneira única para cada ator.

Novas interpretações sobre os fenômenos político-sociais que provém de correntes teóricas, que não compartilham desta base epistemológica comum oferecem novas possibilidades de análise. Uma vez aceita a argumentação de que o discurso é em si a totalidade, no signo se constrói significado e este varia de acordo com a percepção individual, juntamente com a identidade, estando ambos em constante mudança. Assim compreendemos que não há entendimento fora do âmbito discursivo, uma vez que a virada linguística aponta desconstrução da dicotomia significante/significado.

O que é negado não é que objetos existam fora do plano do pensamento, mas a diferente afirmação de que eles não possam ser constituídos como objetos fora da condição discursiva emergente (Campbell. 1998 p.137, Tradução nossa).²

A base fundamental da construção do Estado soberano aplicada pelas teorias conservadoras vem da tradição Hobbesiana. Campbell (1998) nos mostra que esta base pode ser desfeita a partir da desconstrução de sua lógica fundamental.

Como debatido, o Estado é formado nesta visão racionalista pela necessidade do homem de escapar do estado de natureza de modo a salvaguardar sua vida, abrindo mão de parte de sua soberania em troca desta proteção contra a morte. O

² What is denied is not that objects exist externally to thought, but the rather different assertion that they could constitute themselves as objects outside of any discursive condition of emergence.

medo da morte para Campbell (1998) então é marco fundador da lógica do '*Inside/Outside*'. É argumentado que não podemos tratar a escolha de criação do Estado moderno como racional se a mesma baseia-se na escolha de preservar a vida quando a morte é desconhecida e inevitável.

É neste argumento que a leitura clássica dos autores de Relações Internacionais sobre a lógica hobbesiana de construção do Leviatã pode ser contestada. A leitura de Campbell sobre o Leviatã afirma que a criação do Estado vem do medo da morte, que é inevitável, e não da lógica racional de preservação da segurança, uma vez que tentar evitar o inevitável não pode ser considerado como racional. Assim a razão é meramente instrumentalizada na criação do Estado.

1.3 A Soberania, a Dicotomia *Inside/Outside* e a Elaboração do Estado Moderno

Para melhor diferenciarmos as teorias clássicas das novas teorias sobre segurança faremos aqui um breve debate sobre a formação de política externa e a dicotomia *inside/outside*. Walker (1995) afirma que esta dicotomia é fundamental para a criação e atribuição de sentido ao campo das Relações Internacionais. Esta dicotomia tem como função distinguir os eventos perpetrados no plano internacional e no plano doméstico, desta maneira delimitando o conceito de Estado Nação, assim como sua abrangência. É então fundamental para a produção de conhecimento da disciplina de Relações Internacionais.

Mendes (2008) afirma que segundo a visão de Walker as correntes teóricas tradicionais da disciplina buscam criar a noção de internacional a partir de um discurso arbitrário de que o Estado moderno pode ser analisado, a partir de suas semelhanças com as cidades estado da Grécia antiga, em detrimento das diferenças entre eles.

O conceito de soberania nas Relações Internacionais tem sido amplamente debatido, e embora este conceito seja de vital importância para a disciplina ainda não há um consenso sobre sua definição. Em termos gerais soberania pressupõe uma autoridade absoluta do estado sobre seu território, assim como o reconhecimento desta autoridade pela comunidade internacional (Weber 1995).

Porem os meios pelos quais os estados exercem esta autoridade, e os limites da mesma, variam entre diversos autores.

O controle sobre uso da coerção está diretamente relacionado aos principais conceitos de soberania adotados nas ciências sociais. O conceito Weberiano define estado, em parte, a partir do seu controle sobre os mecanismos de coerção Thompson (1994). Na lógica weberiana, segundo a autora, uma das principais características do estado é sua capacidade de manter sua posição de detentor legítimo do monopólio do uso da força física para garantir a ordem.

De maneira semelhante, a autora afirma que Tilly em sua definição de estado, inclui o controle dos principais meios de coerção dentro de um determinado território. Giddens por sua vez define o estado nacional, em parte, como possuidor do controle direto dos meios de violência externos e internos dentro de suas fronteiras (GIDDENS 1985 *apud* THOMPSON 1994).

Podemos notar diferenças importantes nestas três definições, Thompson (1994) aponta que Tilly e Giddens não incluem em suas definições a questão da legitimidade, Tilly por sua vez não se refere ao monopólio dos meios de coerção e sim dos principais meios. Outra distinção significativa é que apenas no conceito de Giddens é levantada a questão do uso interno e externo da violência.

A resposta de muitos teóricos de Relações Internacionais sobre a definição de soberania, segundo Weber (1995) é reconhecer a ambiguidade do conceito, e tratá-lo como dado, focando em outras questões.

Esta abordagem segundo a autora apresenta dois grandes problemas. Ao tratar a soberania como dado os autores ignoram a historicidade do conceito. Diversos tipos de estados soberanos coexistiram na modernidade, e o conceito de soberania mudou drasticamente através do tempo.

Não apenas um, mas incontáveis formas de estados soberanos coexistem na política social moderna. Por exemplo, soberania se refere a estados democráticos, autoritários e totalitários, de sistemas políticos/econômicos domésticos capitalistas e socialistas, e do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto e agora Quinto Governos Globais. O que os teóricos de relações internacionais não devem perceber, é que o que conta e/ou funciona como soberania não é o mesmo em todos os lugares e em todas as épocas.³ (WEBER, 1995, p. 2, tradução nossa).

³ Not one but countless forms of state sovereignty co-exist in modern global political life. For example, sovereignty refers to democratic, authoritarian, and totalitarian regimes, to socialist and capitalist domestic political/economic systems, and to First, Second, Third and now Fourth and Fifth World

Como visto anteriormente, existe uma forte correlação entre a soberania estatal e a dimensão espacial e temporal do mesmo.

Walker (1995) afirma ainda que existe uma relação direta entre a definição de *inside/outside* e a definição espaço temporal, onde segundo o autor, *inside* estaria atrelado à noção relativa de tempo, como continuidade e progresso, enquanto o *outside* estaria mais atrelado à noção de espaço, sendo chave para fundamentar o conceito de soberania espacial entre as nações.

Os teóricos conservadores de RI como Kenneth Waltz (2002) argumentam que o comportamento do Estado no plano internacional será guiado pela anarquia do sistema. O fator mais influente para moldar o comportamento estatal é o jogo de poder entre os atores internacionais, no qual o estado é o mais relevante, levando ainda em consideração que os estados são auto interessados e visam à maximização dos ganhos em todas as suas relações.

Os Estados levam em consideração não apenas as relações de poder entre si, mas vão priorizar seus ganhos em poder com relação ao sistema, assim visando garantir sua ascensão no Sistema de Estados. Kolodziej (2005) afirma que, na visão dos teóricos do comportamento do Estado, a pressão sistêmica é forte o suficiente para moldar o comportamento estatal de forma a coagir o ator a abrir mão de ganhos em troca da manutenção do *status quo*, ou ganhos com relação ao seu posicionamento no sistema.

Os Estados, como Kenneth Waltz argumenta, não estão apenas preocupados com seu poder relativo com relação a seus rivais e aliados, mas também com sua relativa posição de poder dentro do sistema de estados. É através desta estrutura de poder que os estados perseguem seus interesses e realizam seus objetivos. (KOLODZIEJ, 2005 p.28, tradução nossa)⁴

Este comportamento está atrelado à lógica hobbesiana aplicada ao sujeito estatal de que uma vez racional o ator busca sempre salvaguardar primariamente sua vida, pois, se morto, ele não poderá alcançar nenhum objetivo. Desta maneira

governments. What international relations theorists must not see is that what counts and/or functions as sovereign is not the same in all times and places.

⁴ States, as Kenneth Waltz argues, are not only concerned about their relative power toward rivals and allies, but also about their relative power position within the system of states. It is through this structure of power that states pursue their interests and realize their aims.

qualquer ganho estará em segundo plano em relação à manutenção da vida e da liberdade, e no caso do Estado a sua soberania.

O Realismo Clássico como teoria conservadora considera o Estado soberano como inteiriço, ou seja, suas maquinações internas não afetam significativamente as relações do mesmo no plano internacional.

A política externa, então, é vista por Waltz (2002) como limitada pelo sistema quando ligada à manutenção da soberania, em outras palavras em questões de Segurança. Desse modo os interesses do plano interno irão convergir de modo a preservar a soberania.

A partir destes termos há uma clara consolidação da diferença entre o plano interno e o plano externo, onde o conceito de soberania é claramente definido. O plano interno é dominado pela ordem, enquanto no externo impera a anarquia. O Realismo como teoria de RI busca entender as relações dos agentes no plano internacional, a partir destes preceitos.

Em contraste argumentaremos aqui que, segundo o pós-estruturalismo aplicado às relações internacionais, a relação entre a dicotomia '*Inside/Outside*' e a criação de política externa não reflete o que é argumentado pelos teóricos conservadores. Esta pode ser percebida de modo consideravelmente diferente do que argumentado pelas teorias do dito '*mainstream*'.

No plano internacional, temos a visão clássica hobbesiana de que tudo que é externo ao Estado pertence ao plano anárquico. Esta é a fundamentação básica das relações entre os países no âmbito internacional. O Estado enquanto Estado tem de garantir em troca da perda de soberania individual dos seus contratantes proteção contra este fator anárquico externo.

Neste ponto o pós-estruturalismo Walker (1995) aponta uma contradição. Ao mesmo tempo em que o Estado promete garantir os direitos previstos pelo contrato social, ele afirma que o cidadão, caso se encontre em uma situação onde o Estado não pode intervir a tempo para garantir sua vida, o mesmo tem o direito de se defender com seus próprios meios. Podemos interpretar então que nestes casos temos a anarquia imperando dentro do Estado, em outras palavras temos bolsões de ausência estatal, onde o externo se faz presente no interno. Nestes momentos o indivíduo é lançado de volta ao estado de natureza.

De maneira semelhante no plano internacional há exemplos de relacionamento estatal onde não impera a anarquia. Exemplos de governos que

abrem mão de ganhos relativos em prol da boa convivência ou mesmo apenas para ajudar outro Estado soberano. A ajuda humanitária é um exemplo deste tipo de comportamento que não é previsto ou satisfatoriamente explicado pelas teorias Hobbesianas.

Campbell (2005) argumenta que a relação entre Estados e a política externa, faz alusão direta à criação da identidade estatal. Esta por sua vez é formada de maneira semelhante à do indivíduo. A identidade estatal é criada em contraposição as identidades dos demais atores, visando ressaltar as diferenças e apagar as semelhanças entre eles. Uma lógica antagônica à positivista clássica vista nas teorias de Relações Internacionais.

Ainda sobre a visão de Campbell (2005) vemos que a identidade estatal, criada no contraponto aos demais, gera uma lógica fundamental para a análise proposta neste estudo. Assim como, a consequente noção de que a existência da soberania do Estado se faz a partir daquilo que coloca esta soberania em risco, esta contradição mostra que a presença do fator externo legitima a soberania interna, sendo a metáfora '*inside/outside*' o pilar que sustenta a lógica estatal. Deste modo as diferenças entre os atores no plano internacional fundamental para a distinção dos mesmos.

O processo de formação da política externa de um Estado, segundo a lógica de Campbell aqui apresentada, se dá de maneira intrínseca a esta formação identitária, sendo o papel da política externa, como afirmado pelo autor, o de criar abismos que distinguem os países e não pontes que os aproximam. A identidade estatal desta maneira é moldada através deste ressalto às diferenças e apagamento de semelhanças, compondo uma identidade legítima de contraponto a estes fatores externos considerados antagônicos.

Este mecanismo de externalização se faz necessário de modo a construir, no plano discursivo, o conceito de soberania. A presença de elementos considerados inconsistentes com os valores internos tem de ser externalizada de modo a preservar esta identidade interna, uma vez que aquilo que pertence ao interno é considerado moralmente bom e o externo é visto como moralmente ruim.

Neste contexto de ambiguidade, fixar a identidade na forma de Estado requer a ênfase na natureza mutável e perigosa do mundo. Ou seja, os discursos do "perigo" são centrais aos discursos do "estado" e aos discursos do "homem". No lugar da certeza espiritual que forneceu o

suporte do cristianismo, o Estado requer os discursos do "perigo" para fornecer uma nova teologia da verdade sobre o que e quem "nós" somos, destacando quem ou o que "nós" não somos, e o que "nós" temos que temer. (CAMPBELL, 1998 p.48, tradução nossa)⁵

Fasolt (2004) afirma ainda que a soberania de um Estado depende não somente desta clara distinção entre ele e os demais atores no plano internacional, assim como da distinção entre Estado e indivíduo. Desse modo o Estado se consolida espacialmente como uma região propriamente definida onde os indivíduos que nela residem atuam sem interferência externa, livres para agir sendo limitados então somente pelas regras impostas pelo Estado em questão.

Porem, segundo Falsot (2004), esta definição espacial somente não é capaz de sustentar a lógica estatal sendo a definição temporal também de suma importância. Um Estado não pode ser considerado soberano e seus cidadãos considerados livres sem uma clara distinção temporal que defina o Estado. Um marco temporal estruturado garante a demarcação da fundação daquela soberania, assim reafirmando a existência desta no presente. Este marco temporal garante também liberdade de ação para o Estado e seus indivíduos de criar um futuro diferente do passado, que por definição não mais pode ser mudado.

Resumindo, um estado apenas pode ser soberano se contrastado com sua fundação situada no passado temporal inalcançável e imutável. Ao mesmo tempo este deve ser livre para alterar seu curso de ação no presente.

Campbell (2005) afirma que a identidade estatal criada neste processo de externalização gera uma lógica fundamental para esta reinterpretação do plano internacional. A noção de que aquilo que coloca a segurança de um Estado em risco é justamente o que garante sua existência, desse modo o processo de securitização é vital para ordenar a agenda dos Estados, criando e alterando a agenda juntamente com a identidade estatal que está em constante mudança na eterna busca de uma inteireza utópica.

Essa contradição mostra que a presença do fator externo legitima a soberania interna construída a partir da leitura discursiva dos eventos do plano internacional e

⁵ In this context of incipient ambiguity brought on by an insistence that can no longer be grounded, securing identity in the form of the state requires an emphasis on the unfinished and endangered nature of the world. In other words, discourses of "danger" are central to the discourses of the "state" and the discourses of "man". In place of the spiritual certitude that provided the vertical intensity to support the horizontal extensiveness of Christendom, the state requires discourses of "danger" to provide a new theology of truth about who and what "we" are by highlighting who or what "we" are not, and what "we" have to fear.

do plano interno. O comportamento interno de um Estado fará jus a suas políticas externas, pois o Estado, ao definir sua identidade de fora pra dentro, se portará internamente de modo a legitimar estas políticas. A esfera interna é apresentada aqui como moldada pelas relações externas, mas uma vez definida esta relação, a mesma acaba por se mostrar de forma dialética.

A articulação constante do perigo com a política externa não é uma ameaça à identidade ou à existência de um estado: é sua condição de existência. Enquanto os objetos de interesse possam mudar com tempo, as técnicas e as exclusões com as quais aqueles objetos são constituídos enquanto ameaças persistem. (CAMPBELL, 1998 p.13, tradução nossa).⁶

1.4 A Agenda Estatal Moderna e o Processo de Securitização

O processo de Securitização será descrito nesta pesquisa sobre duas perspectivas diferentes, a construtivista de Buzan e Weaver e a pós-estruturalista que será usada para a análise proposta nesta pesquisa.

Buzan e Weaver (1997) afirmam que assuntos considerados como questão de segurança são tratados de maneira diferenciada dos demais assuntos políticos. Os governos, ao lidar com estes tópicos, têm legitimidade para fazer uso de medidas de exceção para lidar com o problema, estando estas medidas acima do nível padrão da abordagem política.

Sendo assim, este tópico se torna prioridade por ser percebido como uma ameaça de caráter vital. Por consequência, abre-se precedente legítimo para o uso de meios extremos para desarmar a ameaça, no que se inclui o uso legítimo da força e até mesmo o rompimento temporário de direitos fundamentais garantidos pelo Estado.

Este alto grau de importância dado à segurança vem do dilema básico apresentado por Hobbes do medo da morte como principal motivador da ação humana. Desse modo, qualquer outro assunto é deixado em segundo plano até que a questão de segurança tenha sido remediada, ou ao menos controlada.

⁶ The constant articulation of danger through foreign policy is thus not a treat to a state's identity or existence: it is its condition of possibility. While the objects of concern change over time, the techniques and exclusions by which those objects are constituted as dangers persist.

Pode-se complementar a visão de Buzan e Weaver sobre o processo de securitização com a visão pós-estruturalista de Campbell. Este argumenta que as ameaças apenas podem ser constituídas como tal através da interpretação discursiva. O que é negado pelo autor não é que riscos 'reais' não existam, e sim que estes apenas serão tratados como tal se socialmente percebidos como ameaças. Campbell complementa afirmando que as ameaças não são todas iguais e nem sempre aquelas que são mais graves serão tratadas como tal.

Isto nos remete a entendermos como estes riscos são socialmente percebidos como ameaça através do processo de securitização.

Este entendimento com base necessariamente interpretativa do risco tem implicações importantes para as relações internacionais. Isso não nega que existam perigos que são "reais" no mundo: doenças infecciosas, acidentes e violência política (entre outros) e estes tem consequências que podem ser entendida em termos de vida e morte. Mas nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigos. (CAMPBELL 1998, p.2, tradução nossa).⁷

Securitização, por sua vez, é na visão de Buzan e Weaver, um mecanismo concebido para se entender as relações político-sociais que levam um assunto a ser tratado como questão de segurança.

Determinado assunto ao ser considerado como questão de segurança passa a se tornar, então, parte de um grupo de exceção, onde para lidar com a situação é cabível o uso de medidas que transcendem as regras jurídicas pré-estabelecidas para o Estado. Vale ressaltar aqui que embora em linhas gerais pareça uma relação simples, o processo de securitização é muito mais complexo.

Sobre o ponto de vista teórico qualquer assunto pode vir a se tornar securitizado, uma vez que a construção do processo pode abranger qualquer área da vida político social. Até mesmo religiões ou culturas inteiras podem, e historicamente já passaram por este processo e tornaram-se securitizados como o caso do comunismo soviético e o islã. (Buzan e Weaver, 1997)

Este caminho para a securitização passa pela politização. Assim, um tópico deve primeiro ser considerado uma questão de ordem pública, ou seja, política, cabível de intervenção governamental para então poder ser convertido em questão

⁷ This understanding of the necessarily interpretative basis of risk has important implications for international relations. It does not deny that there are "real" dangers in the world: infectious diseases, accidents and political violence (among others) have consequences that can literally be understood in terms of life and death. But not all risks are equal, and not all risks are interpreted as dangers.

de segurança. Interpretar quais assuntos remetem ao conceito de politização e quais se encaixam no padrão teórico de assuntos securitizados não é uma tarefa exata, uma vez que as percepções individuais sobre o tema e seu contexto pesam dramaticamente sobre esta categorização.

O Estado não possui monopólio no que diz respeito a julgar e propor que assuntos devem ser interpretados como questão de segurança. Outros atores sociais, muitas vezes, são responsáveis por iniciar a politização e securitização de diversas questões, o que nos leva a questão social do processo de securitização.

Na visão de Campbell (1998) a simples existência de uma ameaça ao objeto não pressupõe a securitização desta ameaça. É importante salientar que em primeiro lugar a ameaça deve ser percebida por algum ator passível de torná-la pública. Uma vez então que a possível ameaça se torne uma questão pública esta pode vir a passar pelo processo de securitização. Posteriormente esta dita ameaça se aceita pela sociedade referida como tal, passará a tornar-se questão de segurança.

Outro ponto a ser salientado é que a securitização é um processo de construção social discursiva. A relação ameaça/objeto é apenas a base do discurso que é apresentado ao debate de segurança. Desse modo, é contrario à teoria de securitização afirmar que tópicos que colocam em risco de forma mais grave a existência de um Estado, ou a de seus cidadãos, serão securitizados como ameaças mais urgentes e tratados com maior prioridade pelo poder legal.

Apenas assuntos que foram discursivamente construídos, apresentados e aceitos pela sociedade em questão como perigo existencial físico, econômico ou ideológico serão tratados como tal.

Segundo Buzan, Weaver e Wilde (1997) o limiar de aceitação social necessário para se consolidar um assunto como questão de segurança varia em termos analíticos. Afirmar a necessidade de um grau de aceitação social para a consolidação de uma agenda de segurança não implica em constatar o domínio público do assunto em questão.

Determinado assunto não requer necessariamente um grau elevado de entendimento da população, mas também não pode ser feito na total obscuridade popular, para passar pelo processo de securitização. Uma vez que é chave se salientar que a imposição de questões de segurança é de maneira geral inviável, daí a necessidade deste processo de securitização. Sendo este discursivo, político e

social. Uma vez então, concluído o processo de securitização, o assunto abordado passa a ser percebido de maneira autorreferente como questão de segurança.

Campbell (1998) afirma, então, que as mudanças identitárias são fruto das interações entre os atores. Onde a percepção individual de cada ator é fator chave para o entendimento da construção das interações sociais. Nada que esteja além da percepção do ator é relevante para a análise, pois não possui implicações na tomada de decisão dos mesmos. Pois esta de não estar representada na visão de mundo real metafórico construída por eles.

A partir desta construção lógica operaremos sobre o argumento de que a formação de uma agenda de segurança em dada comunidade segue sobre a leitura individual de cada ator do plano internacional em resposta a interação entre sua identidade e os limites de sua percepção.

Esta percepção individual ao se deparar com os fatores causais discutidos e interpretar a necessidade de se formar uma agenda de segurança, se portara de modo externo e interno para justificar esta racionalização. Fazendo uso dos mecanismos de securitização, vinculados ao apagamento de semelhanças e ressalto as diferenças para concretizar esta visão do real. Desta maneira o ator pode se consolidar no plano internacional a partir desta formação identitária, que está em construção perpétua se moldando através destes mecanismos de interação social buscando uma unidade utópica.

1.5 Biopolíticas e o Estado de Exceção

Walker (2006) afirma que a posição oficial de qualquer Estado depende de sua legitimidade, esta por sua vez é obtida através da elaboração social de que o Estado é capaz de falar em nome de um grupo particular de indivíduos. Para tal o Estado moderno deve ser reconhecido como minimamente soberano, embora segundo o autor, este mínimo de soberania esta sujeito à expansiva interpretação. Para o autor a expressão de 'poder' que um Estado projeta está fortemente conectada ao seu sistema de valores, ou seja, o uso legítimo do poder pelo Estado está conectado ao sistema de morais e valores que compõem sua identidade.

O estado de exceção está amplamente correlacionado com a noção de soberania. Segundo Agamben (2005) o estado de exceção está localizado entre as esferas do político e do jurídico. A correlação entre soberania e o estado de exceção se encontra justamente na relação entre as fronteiras. Os limites do poder legal de ação do estado delimita o que acaba por se enquadrar como exceção. Porém segundo Agamben (2005) o estado de exceção possui uma conotação biopolítica, uma vez que este aborda questões relacionadas aos direitos de resistência dos cidadãos.

Estando no *outside*, e ainda pertencendo: esta é a estrutura topológica do estado de exceção, e apenas por que é o soberano, que decide na exceção, esta, é na verdade, logicamente definida no seu estado de exceção, ele também pode ser definido pelo oxímoro êxtase-pertencimento. (AGAMBEN, 2005, loc 340, tradução nossa.)⁸

Walker afirma que todas as questões mais difíceis do nosso tempo, como distinções, discriminações, inclusões e exclusões, limitações estão ligadas ao status das fronteiras. As fronteiras são muito mais complexas que as linhas no papel de um mapa, mas estas linhas cartográficas têm como função definir regulatoriamente quem pertence ao estado. É a partir desta noção de pertencimento segundo o autor, que são fundadas estas muitas dicotomias de exclusão.

A noção estabelecida de fronteiras na vida política moderna, segundo o autor, está sendo questionada. Discussões sobre efeitos como a globalização, e o enfraquecimento do conceito moderno de soberania são recorrentes, embora não venham a questionar de forma definitiva a noção de soberania, estes discursos apontam que o futuro das relações políticas mundiais não se manterá como está, nem abandonara completamente o modelo atual.

Quase todas as questões do nosso tempo então convergem no status das fronteiras: limites, distinções, discriminações, inclusões, exclusões, começos, finais, limitações e expectativas, e na autorização de sujeitos que estão sempre suscetíveis a inclusões e exclusões pelas fronteiras que eles são persuadidos a autorizar. Nos sabemos que as fronteiras são sempre lugares complexos. Sabemos que as fronteiras de qualquer estado moderno são sempre mais complicadas do que as claras

⁸ *Being-outside, and yet belonging*: this is the topological structure of the state of exception, and only because the sovereign, who decides on the exception, is, in truth, logically defined in his being by the exception, can he too be defined by the oxymoron *ecstasy-belonging*.

linhas cartográficas representativas tendem a sugerir. Qualquer análise sociológica, econômica ou cultural podem nos dizer isso. A imagem de linhas claras de qualquer modo prevalece ambição regulativa da vida política moderna. Nós pertencemos aqui. Vocês pertencem ali. Eles pertencem em outro lugar. Nós podemos deixar você entrar. Eles serão mandados de volta pra casa. Todos devem saber qual é seu lugar, não apenas na hierarquia de status, classe e ordem social, mas literalmente no território espacial horizontal. (WALKER, 2006, pg.01, Tradução nossa).⁹

Existem duas grandes divisões entre os autores que abordam a questão do estado de exceção. Aqueles que visam analisar este evento como uma questão jurídica, e aqueles que visam enquadrar o estado de exceção como um fenômeno meramente político.

Podemos encontrar dilemas com as duas visões. Segundo Agamben (2005) A oposição *inside/outside* que caracteriza o estado de exceção como externo ao paradigma jurídico representa um paradoxo. Segundo o autor o chamado paradoxo de soberania se constitui através do caráter intrínseco deste conceito de pertencer ao mesmo tempo ao *outside* e o *inside* da ordem jurídica (Agamben 1995).

O paradoxo de soberania consiste no fato de que a soberania está ao mesmo tempo dentro e fora da ordem jurídica. Se a soberania é verdadeiramente aquele que, para a ordem jurídica, concede o poder de proclamar o estado de exceção e, portanto, de suspender a validade da própria ordem jurídica. (AGAMBEN, 1995, loc 165, tradução nossa).¹⁰

Se o estado de exceção possui a característica de suspensão (parcial ou total) da ordem jurídica então como ele pode estar contido dentro desta ordem? (Agamben 2005) Por outro lado se analisarmos o estado de exceção apenas como um evento político terá um problema similar, como podemos explicar que a ordem jurídica possui uma lacuna que não aborda os assuntos que acabam se

⁹ Almost all the hard questions of our time therefore converge on the status of borders: of boundaries, distinctions, discriminations, inclusions, exclusions, beginnings, endings, limitations and exceptions, and on their authorization by subjects who are always susceptible to inclusion or exclusion by the borders they are persuaded to authorize. We may know that borders are always complex places. We may know that the borders of any modern state are always more complicated than the clean lines of cartographic representation tend to suggest. Any sociological, or economic, or cultural analysis can tell us this. The image of clean lines nevertheless prevails as a regulative ambition of modern political life. We belong here. You belong there. They belong elsewhere. We may let you in. They will be sent home. Everyone must know their place, not just in the hierarchies of status, class and social order but literally in horizontal or territorial space.

¹⁰ The paradox of sovereignty consists in the fact the sovereign is, at the same time, outside and inside the juridical order. If the sovereign is truly the one to whom the juridical order grants the power of proclaiming a state of exception and, therefore, of suspending the orders own validity.

enquadrando dentro do estado de exceção. Sendo assim Agamben caracteriza o estado de exceção como algo além desta dicotomia.

Na verdade, o estado de exceção não é externo ou interno a ordem jurídica, e o problema de defini-lo se trata precisamente de um limiar, ou uma zona de indiferença, onde *inside and outside* não se excluem, mas se misturam. A suspensão da norma não significa a abolição da mesma, e a zona anomia que ele estabelece não é (ou ao menos não afirma ser) sem relação com a ordem jurídica.¹¹ (AGAMBEN, 2005, loc 340, tradução nossa.)

Esta dita zona de indiferença onde o estado de exceção pode ser enquadrado pode ser melhor explicada se analisamos a natureza da exceção. Agamben (1995) afirma que a exceção é um tipo de exclusão. Cada estado de exceção pode ser visto como uma exclusão da regra, este tipo de exclusão deve ser analisada caso a caso, pois cada estado de exceção configura uma situação específica não prevista, mas contida, pela regra, sendo excluída da mesma. Porém esta exclusão da regra não significa um desligamento completo da mesma, pois ao ser retirado da regra o caso se mantém ligado à mesma, representando um caso de suspensão desta regra. Sendo assim o estado de exceção não pode ser visto como verdadeiramente excluído e sim, segundo o autor, levado para o *outside* (mas originado no *inside*).

A exceção é um tipo de exclusão. O que é excluído da regra geral é um caso individual. Mas a própria característica da exceção é que o que é excluído na exceção se mantém em relação à regra na suspensão desta regra. (AGAMBEN, 1995, loc 193, tradução nossa.)¹²

¹¹ In truth, the state of exception is neither external nor internal to the juridical order, and the problem of defining it concerns precisely a threshold or a zone of indifference, where inside and outside do not exclude each other but rather blur with each other. The suspension of the norm does not mean its abolition, and the zone of anomie that it establishes is not (or at least claims not to be) unrelated to the juridical order.

¹² The exception is a kind of exclusion. What is excluded from the general rule is an individual case. But the most proper characteristic of the exception is that what is excluded in the exception maintains itself in relation to the rule in the form of the rule's suspension

CONCLUSÃO

Este capítulo expõe os argumentos mais relevantes das teorias apresentadas, que dão embasamento científico para o projeto. Onde inicialmente foi exposto o papel do pós-estruturalismo das relações internacionais nesta dissertação, delimitando o papel da linguagem nesta vertente. Posteriormente discutimos a segurança na modernidade, como ela se apresenta e em quais aspectos ela se difere da segurança durante a guerra fria, entendermos a segurança internacional e a soberania na atualidade será de grande importância para os próximos capítulos, uma vez que a forma como a segurança é percebida e abordada pelos estados influenciara de forma significativa a maneira como o uso do paramilitarismo na atualidade foi consolidado, assim como os problemas causados pelo uso destas forças.

Em um terceiro momento foram discutidos alguns conceitos que se mostraram instrumentais na análise dos estudos de caso propostos, e no entendimento do papel das forças paramilitares, conceitos como a soberania e a dicotomia *inside/outside* serão utilizados na análise do tema proposto. Como veremos em breve, o uso de forças paramilitares levanta sérias questões quanto à soberania estatal.

O processo de securitização, juntamente com os conceitos de biopolítica e o estado de exceção expostos por Agamben e Walker nos ajudam a entender possivelmente como é abordado o papel do soldado paramilitar nos estados modernos. Como veremos nos próximos capítulos os agentes de empresas paramilitares não são vistos da mesma forma que os soldados das forças militares nacionais, tanto de maneira social quanto jurídica, possivelmente o uso destas forças privadas em conflitos pode ser parcialmente entendido através da instrumentalização destes conceitos.

O próximo capítulo apresentara o uso de forças paramilitares através da história, assim como as transformações sofridas por estes grupos ao longo do tempo, culminando no paramilitarismo da atualidade, suas principais características e os dilemas enfrentados pelos estados com o crescente uso destas forças.

2. OS EXÉRCITOS PRIVADOS

A pirataria e o uso de companhias mercenárias fizeram parte do contexto mundial durante a Renascença e o estabelecimento do Estado moderno. Segundo Percy (2007) grande parte da literatura sobre o uso de mercenários, foca justamente no rompimento ocorrido no século dezanove que levou ao declínio da prática do uso de forças mercenárias.

A pirataria era considerada criminosa, mas os governos da época faziam uso de companhias semelhantes para exercer sua influência nos oceanos, uma importante arena de disputa da época. Na atualidade encontramos paradoxos semelhantes, como o uso de companhias paramilitares.

A atuação de grupos mercenários era também de grande importância neste período. Percy (2007) afirma que os exércitos da época eram compostos em grande número por companhias mercenárias. A autora argumenta que estes grupos paramilitares eventualmente perderam terreno para as forças formais do Estado, com o estabelecimento de normas que regulavam fortemente a atuação deste tipo de força militar. Os Estados visavam regular o poderio militar dentro de suas fronteiras, em um caráter formal, como uma maneira de estabelecer os domínios da atuação Estatal.

Porém nos séculos vinte e vinte um estas práticas paramilitares se mostram ativas novamente. Argumentavelmente estas práticas nunca deixaram de existir, mas nos últimos anos vemos mercenários modernos e 'a moda antiga' operando em todo o mundo (PERCY 2007). A pirataria na costa africana se consolida como motivo de preocupação, representando uma questão de segurança para a região. O uso de forças paramilitares, pelos EUA, nas recentes guerras no Iraque e no Afeganistão foi proeminente. Esses grupos se diferem das forças militares pertencentes ao Estado, uma vez que não estão reguladas pelas leis que regem estas forças, e acabam por gerar certos dilemas sobre as questões de soberania e prestação de contas.

Este capítulo visa explorar a trajetória do paramilitarismo através da história, culminando nas atuais companhias paramilitares privadas da atualidade. Expondo alguns dos argumentos mais relevantes para esta pesquisa sobre as mudanças

sofridas pelos paramilitares através dos anos, e os dilemas envolvidos no uso de forças privadas no século vinte e um.

2.1 Armas e Ouro

O uso de forças contratadas para o ofício da guerra tem sido uma prática recorrente ao longo da história da humanidade. Quase todos os impérios do passado, do Egito antigo a Inglaterra Vitoriana contrataram tropas estrangeiras de uma forma ou de outra (Singer 2007). O modelo de guerra moderno, de dois países com exércitos nacionais bem fundamentados e regulados, onde o estado teoricamente possui o monopólio do uso da força, segundo Singer, se mostra a exceção como veremos a seguir.

O conflito sempre fez parte da experiência humana. Sendo assim, segundo Singer, homens especializados no ofício da guerra sempre puderam ganhar a vida através de sua proficiência no uso da força. Na antiguidade os mercenários andavam em grupos, se organizando em grandes companhias pelas óbvias vantagens que um grande número de guerreiros oferece no uso da violência (Singer 2007). Segundo Singer grupos de mercenários na antiguidade eram tipicamente organizados por laços monetários. Uessler 2008 afirma que os mercenários antigos eram pagos em ouro e prata, muitas vezes o lucro vinha da divisão dos bens saqueados dos inimigos derrotados.

A Grécia antiga contava fortemente com o uso de mercenários na resolução dos seus conflitos. Uessler 2008 afirma que as cidades estado gregas faziam uso destes mercenários para defender seus interesses e assegurar e expandir seus territórios. Os governos da antiguidade muitas vezes não possuíam capacidades administrativas para manter e regular um exército nacional, desta forma a contratação de estrangeiros para o ofício da guerra se mostrava prática comum.

Com o passar dos anos os grupos mercenários se mostravam cada vez mais sofisticados, usando armas e táticas de guerra avançadas para sua época. Ainda Grécia antiga, segundo Uessler 2008, existiu os hoplitas, soldados armados com armadura no peito, elmos, braçadeiras e caneleiras, além de portarem um escudo grande e redondo e uma longa lança. Estes guerreiros gregos lutavam em falange

uma técnica considerada por muitos, revolucionária por manter uma formação defensiva fechada que se mostrava muito eficiente não apenas contra outras infantarias, mas contra a cavalaria. Estes guerreiros foram imortalizados em obras como a Odisseia e a Ilíada, e obras descrevem a guerra de Peloponeso. Estes hoplitas logo se tornaram os mercenários mais cobiçados do mundo antigo, sua fama se estendia da Grécia ao interior da Índia (Uessler 2008).

A Roma antiga se difere dos padrões gregos, Roma contava com um poderoso exército interno, composto por cidadãos alistados nas legiões romanas. As legiões de Roma derrotaram grandes exércitos mercenários como os exércitos cartagineses de Aníbal. Porém com a queda do império romano veremos um forte retorno ao uso de mercenários da idade média.

Durante a idade média o uso de soldados mercenários se mostrou como prática comum entre os senhores feudais da Europa, assim como no oriente. Segundo Thompson (1994) as restrições que o sistema feudal impôs ao militarismo contribuiu fortemente para ao uso de mercenários. Segundo Uessler 2008 os exércitos medievais eram compostos muitas vezes por camponeses destreinados. Nesta época apenas a nobreza recebia treinamento militar formal.

Os grupos mercenários então preenchem uma posição vital nos campos de batalha medievais, estes mercenários eram soldados altamente especializados em armamentos específicos, como lanças, arcos e bestas. O uso do arco sempre foi um dos ofícios mais atribuídos aos mercenários, uma vez que seu manuseio requeria anos de treino, e desta forma não podia ser ensinado aos camponeses de forma eficiente. Porém o sistema militar feudal era extremamente ineficiente, os governantes estavam atados por complexos laços feudais e desta forma dependiam destas tropas privadas.

Apesar dos fundamentos sociais do sistema feudal, soldados contratados eram parte de qualquer exército medieval. Eles muitas vezes preenchiam funções mais técnicas que forças feudais contratadas no curto prazo não poderiam suprir. As primeiras organizações militares que surgiram no período eram bandos de trabalhadores especializados que alugavam seus serviços para quem paga-se mais. Eles eram frequentemente especializados em alguma arma em particular, que não era considerada própria para um cavaleiro, mas requeria muita habilidade e prática para um camponês. (Singer 2007 loc. 307 , tradução nossa.)¹³

¹³ Despite the social underpinnings of the feudal system, hired soldiers were an integral part of any medieval army. They often filled out the more technical services that short-term feudal forcer could not

A partir do século XII foram formadas as chamadas companhias livres. Estas companhias segundo Uessler 2008 eram compostas de soldados desempregados que andavam pela Europa vendendo seus serviços como mercenários de modo a garantir sua subsistência. Acredita-se que o termo *freelance* vem destes soldados que ofereciam suas lanças livres para serem contratadas por senhores feudais.

Com a chegada do renascimento estas companhias mercenárias cresceram e passaram a se tornar uma grande força de influência. As grandes famílias nobres da renascença italiana como os Médici passaram a contratar estas companhias para assegurar seus interesses, não apenas nos campos de batalha, mas para promover segurança privada para estas famílias. Esta dupla transformação nos aspectos da oferta e demanda veio à luz especialmente nas cidades florescentes da Itália (Uessler 2008). Nesta época segundo o autor foram estabelecidas as *condottas*, estes documentos estabeleciam um salário fixo, quais serviços seriam prestados e até mesmo multas para eventuais quebras de contrato.

Foi neste contexto de mudanças que o sistema de *condotta* (contrato) floresceu. Este sistema, de que serviços militares eram contratados para unidades privadas, inicialmente foi impulsionada por guias de negócios que viram como razoável e econômico evitar mobilizar toda a sociedade e deixar os cidadãos mais importantes (eles mesmos) de serem desperdiçados no ofício da guerra. O recurso de contratar unidades privadas também era apoiado pela nobreza, que temia o poder de uma população armada, preferindo assim os mercenários. (Singer 2007 loc. 352 , tradução nossa).¹⁴

Estes contratos eram inicialmente simples e foram se sofisticando ao longo dos anos, eventualmente especialistas foram treinados para a elaboração testes textos. Podemos ver uma mudança radical nestas forças mercenárias renascentistas com relação às épocas passadas. Uma vez que elas se tornaram mais organizadas, passaram a contar com salários fixos e expandir sua gama de serviços, sendo ainda mais especializadas.

supply. The first private military organizations that appeared in the period were bands of skilled workers who rented themselves out to the highest bidder. Often, they specialized in some particular weapon, which was considered not fit gentlemen, but required too much skill and practice for peasant levees.

¹⁴ It was in this changing context that the *condotta* (contract) system blossomed. This arrangement, by which military services were contracted out to private units, initially was driven by business guilds that saw it as reasonable and economical to avoid mobilizing all of society and keep the most efficient citizens (themselves) from waste of warfare. The recourse to hires units also supported by the nobility, who feared the power of an armed populace and this preferred mercenaries.

Os mercenários da época então passaram a ser conhecidos como condottieri. Segundo Tompson (1994) no século dezessete a escala econômica do mercantilismo alcançou proporções sem precedentes, e alguns governantes puderam sustentar grandes exércitos mercenários, estes exércitos eram as maiores e mais organizadas empresas da Europa. No século dezoito este formato organizacional transformou estes exércitos privados em uma verdadeira força multinacional. Tompson (1994).

Diversos grupos mercenários ao longo da história se mostraram famosos por uso de táticas de guerra inovadoras, estas companhias mercenárias representaram em diversos momentos o pico da eficiência no campo de batalha. Como veremos nos próximos tópicos as companhias paramilitares privadas da atualidade tem sido vistas por muitos estudiosos e governantes como líderes no uso das últimas tecnologias em resolução de conflitos.

2.2 Os Mercenários Modernos e A Nova Ordem Mundial

Com o final da guerra fria vemos uma mudança gradativa na maneira com a qual os países lidam com conflitos armados. Como discutido no capítulo anterior, o final da guerra fria acarretou uma mudança na agenda estatal, e o exército nacional passou a ter uma menor importância para os estados, se comparado com o período anterior. Segundo Singer (2007) a partir dos anos 90 vemos cada vez mais firmas privadas provendo serviços militares em zonas de conflito ao redor do mundo.

Entre as diversas mudanças no comportamento estatal ocorridas ao final da guerra fria, uma das mais significativas foi o grande aumento na privatização de empresas e serviços que anteriormente eram considerados como de âmbito estatal. Os benefícios e malefícios da privatização foi alvo de inúmeros debates nos últimos vinte anos. Os governos privatizam setores por motivos financeiros, buscando maior eficiência ou por motivos políticos (Singer 2007).

Algumas vezes governos tem achado prático transferir algumas das responsabilidades públicas para o setor privado. Eles podem fazê-lo por problemas de custo, qualidade, eficiência, ou mudanças nos conceitos de responsabilidades governamentais. A saúde, polícia, sistema penitenciário,

coleta de lixo, serviços postais, coleta de impostos, saneamento, educação e assim por diante são todos exemplos de serviços que flutuam entre serem vistos como responsabilidades públicas básicas do governo para algo que é melhor ser deixado nas mãos do setor privado. Os termos 'terceirização' e 'privatização' são usados indistintamente para descrever esta realocação de provisão de serviços, muitas vezes na mesma frase. Ambos são práticas geralmente aceitas; de fato, o conceito econômico por trás destas práticas podem ser rastreados até os escritos do economista fundados Adam Smith no século XVI. (Singer 2007 loc. 205 , tradução nossa.)¹⁵

Porém esta onda de privatizações não se estendia ao setor militar. Segundo Singer 2007, com o estabelecimento do estado nacional moderno foi estipulado que as forças que defendem os cidadãos devem estar sempre sobre o comando estatal. Mas eventualmente esta noção foi se tornando menos arraigada, inicialmente em um menor grau, vemos empresas cada vez mais relacionadas ao aparato militar do estado sendo privatizadas. Inicialmente tivemos a privatização das empresas responsáveis por serviços periféricos como logística e venda de equipamentos. Porém a indústria militar privada cresceu e hoje oferece uma vasta gama de serviços como veremos a seguir.

Como apontado no tópico anterior, o uso de mercenários caiu em desuso e até mesmo na ilegalidade com o surgimento do estado nacional moderno. Porém este tipo de força privada militar nunca desapareceu. Com o final do século XX vemos o surgimento de empresas privadas que passam a suprir esta demanda por serviços militares privados. Segundo Uessler (2008) os mercenários de hoje são os empregados destas empresas, ex-soldados de variadas nacionalidades que passam a atuar em conflitos ao redor do mundo em nome dos clientes que contratam os serviços destes grandes conglomerados paramilitares.

Se depois da Segunda Guerra Mundial foram apenas combatentes particulares ou pequenos grupos que buscavam aventura, sorte e dinheiro nas antigas colônias - sobretudo na África - depois do fim da guerra fria os mercenários começaram a se reunir em empreendimentos de direito civil. A época das empresas militares privadas começara. Depois de quase

¹⁵ Sometimes governments have found it expedient to transfer some of their public responsibilities to the private sector. They may do so because of issues of cost, quality, efficiency, or changing conceptions of governmental duties. Health care, police, prisons, garbage collection, postal services, tax collection, utilities, education, and so on are all examples of services that have been shifted back and forth between viewed as essential public responsibilities of the government to something best left to the private market. The terms 'outsourcing' and 'privatization' are used interchangeably to describe this relocation of service provision, often in the same breath. Both are generally accepted practices; indeed, the economic concept behind them can be traced back as far as the founding economist Adam Smith's Writings in the 1700s.

duzentos anos de estigmatização e marginalização, o mercenarismo voltou a vivenciar um crescimento vertiginoso. (Uesseler 2008 pg149).

Em sua maioria, estes soldados privados não fazem parte de nenhuma força tarefa nacional (Uesseler 2008). Mas estes soldados tem se mostrado cada vez mais presentes nos conflitos modernos, atuando como técnicos, programadores, analistas de sistema, especialistas em simulação, além de prover serviços como transporte, análise de inteligência, suprindo as tropas nacionais com provisões e equipamentos e fazendo segurança privada dentro e fora de zonas de conflito.

O inventor da designação "empresas militares privadas" e um dos primeiros grandes empreendedores nesse novo ramo em crescimento é o britânico Tim Spicer (Uesseler 2008). Em 1977 o governo independente da Papua Nova Guiné contratou a empresa paramilitar Sandline, criada por Tim Spicer. Segundo o contrato assinado a empresa deveria prover unidades de mercenários e armas, além de formar tropas especiais do exército regular e apoiá-las tanto militarmente quanto com técnicas de informação (Uesseler 2008). As ações da Sandline em Papua Nova Guiné causaram comoção internacional, mas o contratado entre a empresa paramilitar e o governo foi considerado legal. Dessa forma surge um novo tipo de mercenário, um mercenário "fomentado de maneira estatal", que pode atuar legalmente no sistema internacional moderno.

Onde outrora ex-soldados procuravam aventuras e felicidade ou antigos membros da Legião Estrangeira se vendiam livremente para conduzir guerras em nome de clientes invisíveis, hoje temos à disposição empregados militarmente bem formados de empresas militares privadas. Mas tais empresas não empregam apenas pessoas que entendem do ofício militar. *Managers* perspicazes são tão procurados quanto traficantes de armas argutos, engenheiros especializados em armamento, especialistas em comunicação, tradutores, pilotos experientes e pessoas que conhecem logística ou transmissão via satélite. (Uesseler 2008 pg18).

As operações destas empresas paramilitares cresceram e se sofisticaram consideravelmente com o passar dos anos, e o aparato jurídico internacional ainda não se mostra complexo o bastante para lidar com a atuação destas companhias. Este dilema afeta significativamente a atuação destas forças paramilitares, como veremos nos próximos tópicos esta falta de normatização tem efeitos considerados positivos e negativos pelos atores estatais.

O comércio internacional de armas possui um papel fundamental na chamada 'privatização da guerra'. Uma parte significativa da produção de armamentos se encontra nas mãos do setor privado há muitas décadas, principalmente nos países ocidentais. Porém com o final da Segunda Grande Guerra a produção e distribuição destes armamentos foram submetidas a um forte controle estatal, e este controle permanece em vigor, pelo menos no papel (Uessler 2008). A ascensão das empresas paramilitares, segundo Uessler (2008), levou a uma mudança significativa no comércio internacional de armas, estas empresas em sua maioria recebem seus armamentos de comerciantes privados a margem do controle estatal.

As empresas paramilitares modernas provem uma vasta variedade de serviços dentro da área de segurança. Estas empresas são altamente especializadas, provendo pacotes de serviços diferenciados para cada caso. Dessa forma elas estudam cada contrato com antecedência, alocando os especialistas e equipamentos apropriados para cada contrato. Estas empresas podem ser contratadas para a proteção de VIPs, garantir a segurança de estruturas estratégicas, como embaixadas, indústrias privadas, hidroelétricas e refinarias de petróleo, segurança marítima e área, defesa contra infiltração, proteção contra sequestros e libertação de reféns, dentre outros.

Com frequência trata-se de um pacote de serviços. Assim, a empresa americana Trojan, por exemplo, oferece em seu *site* 'segurança e proteção armada para todas as situações de crise em terra, no ar e no mar'. Para o âmbito da 'segurança marítima', sua análise de risco se mostra da seguinte forma: 'As tendências internacionais são alarmantes. Hoje, os terroristas que operam no mar estão mais bem equipados do que os piratas tradicionais, que usavam facas, espadas e revólveres ou pistolas. Grupos atuais utilizam metralhadoras, bazucas antitanque sem recuo, barcos com radar e barcos de alta velocidade.' Contra tal ameaça, a Trojan oferece, entre outras coisas: orientação de segurança, defesa contra pirataria, antiterrorismo marítimo, operações anticontrabando, equipes de busca submarina, estratégias para o combate a drogas, escolta armada de navios e treinamento de segurança marítima para a tripulação. (Uessler 2008 pg40).

A atuação das empresas paramilitares modernas se mostra transacional, atuando de maneira similar a empresas multinacionais convencionais. Na área de formação e treinamento, segundo Singer (2007), estas companhias oferecem uma gama de serviços, que incluem tanto a formação básica, quanto múltiplos cursos de especialização tanto para as forças policiais e militares do próprio país, quanto para

países estrangeiros. Começando nos anos 90, estas empresas paramilitares, tem sido atores chaves em diversos conflitos ao redor do mundo, sendo responsáveis por definir o resultado destes conflitos (Singer 2007).

O que é mais chocante é que estas nova indústria de firmas militares privatizadas não só existem, mas vem se tornando global em seu escopo e atividade. Começando nos anos 90, FPMs tem estado ativas em zonas de conflito e transição ao redor do mundo. Eles tem se mostrado atores críticos em diversos conflitos e muitas vezes o ator determinante. (Singer 2007 loc. 229 , tradução nossa.)¹⁶

Segundo o Uessler (2008) o treinamento da força policial alemã é feito por empresas militares privadas, este treinamento vai desde o manuseio de armamentos, ao domínio de tanques e helicópteros. Estas empresas também são líderes em treinamento que envolve o uso de alta tecnologia, como técnicas avançadas de treinamento com uso de simuladores e manuseio de armas de alta tecnologia. Esta ligação com as novas técnicas militares se mostra de grande importância para estas empresas, como veremos nos próximos tópicos.

2.3 O Avanço Tecnológico e a Comodificação Militar.

Como apontado anteriormente, com final da guerra fria podemos constatar uma mudança significativa na agenda dos estados. Estes passaram a priorizar outros setores em detrimento do setor militar. Cada vez mais setores que antes eram tidos como de âmbito estatal passam a ser lentamente privatizados, devido a fatores como menores custos e maior eficiência providos por empresas privadas. Esta onda de privatização, como vimos anteriormente, inevitavelmente chegou ao setor militar, e estas empresas privadas são muitas vezes responsáveis pela vanguarda tecnológica do setor.

¹⁶ What is even more shocking is that not only does this new industry of privatized military firms simply exist, but it has become global in both its scope and activity. Beginning in the 1990s, PMFs have been active in zone of conflict and transition throughout the world. They have been critical players in several conflicts and often the determinate actor.

Desenvolvimentos tecnológicos e financeiros, contudo, tem deixado possível para que organizações menores possam fazer guerra. Com as capacidades do mercado militar aberto, o financiamento muitas vezes é o único fator limitador, desse modo organizações privadas, ilícitas, e comerciais podem agora encontrar maneiras de se igualar as forças armadas do estado. (Singer 2007 loc. 1407 , tradução nossa.)¹⁷

A revolução tecnológica das últimas décadas influenciou fortemente o setor militar e paramilitar. Um fenômeno que favoreceu o crescimento das empresas militares privadas foi à transformação da condução da guerra (Uessler 2008). Segundo o autor, no centro desta transformação está o emprego da eletrônica e das tecnologias de informação, esta mudança foi aplicada não somente na criação de novos armamentos, mas também na condução da guerra.

A indústria de armamentos evoluiu de tal forma, que a enorme maioria dos equipamentos utilizados hoje não pode ser operada sem sistemas eletrônicos e redes de informação (Uessler 2008). A produção, manutenção e manuseio destes equipamentos exige um pessoal altamente especializado, sendo assim nem mesmo grandes potências como os EUA possuíam este pessoal altamente treinado em número suficiente para operar estes novos equipamentos. Diversos soldados são treinados para lidar com estes avanços tecnológicos, mas por motivos de custo e agilidade operacional cada vez mais empresas privadas são contratadas para operar e manter estes equipamentos.

As forças armadas norte-americanas não possuíam, até aquele momento, o contingente necessário de técnicos, engenheiros e especialistas em computação. Se inicialmente eles ainda tentaram preparar soldados para fazer frente às novas exigências, por razões relativas a custos, passaram a abdicar cada vez mais da formação de seu próprio pessoal especializado. Em vez disso, o Pentágono passou logo a contratar nas companhias de armamento, juntamente com a compra dos sistemas de armas, o pessoal responsável pelo serviço. (Uessler 2008 pg40).

Anteriormente a esta revolução tecnológica era necessário o uso massivo de soldados, recursos e maquinários para o exercício da guerra. Segundo Singuer (2007) este uso massivo de forças capaz de prevalecer sobre as forças de qualquer adversário era o coração do triunfo estatal. Porém com a revolução tecnológica pequenos grupos são capazes de infringir danos devastadores. Sendo assim

¹⁷ Technological and financial developments, however, have made it possible for smaller organizations to wage war. With the open military market capabilities, financing is often the only limiting factor, such that private, illicit, and commercial organizations can now find ways to match state armed forces.

segundo o autor os novos requisitos tecnológicos da guerra gerou um crescimento dramático na demanda por pessoal especializado, que muitas vezes tem de vir do setor privado.

Na condução da guerra atual, surgiram dois conceitos atrelados a esta dita revolução tecnológica, que passaram a se mostrar fundamentais para grandes potencias tecnológicas, como os EUA e o Reino Unido. Estes conceitos são o de Guerra Informacional (GI), *Information Warfare*, e Guerra de Controle e Comando, *Command and Control Warfare*. O primeiro se refere ao uso ofensivo e defensivo de informações para infiltrar, sabotar, e comprometer a rede de informações do inimigo. O segundo tem como objetivo enfraquecer ou induzir ao erro, as centrais de comando do inimigo (Uessler 2008).

Esta guerra informacional, e uso de armas cada vez mais tecnológicas, como mísseis teleguiados, aeronaves não tripuladas, que atuam tanto como armas de espionagem como aviões de ataque, tanques de longo alcance, entre outras visa minimizar o custo humano da guerra, minimizando as baixas sofridas pelos exércitos em conflitos armados. Segundo Singer (2007) se um estado deseja permanecer na vanguarda da tecnologia militar, se faz cada vez mais necessário o uso de capacidades técnicas providas pelo setor privado. O autor afirma que um dos aspectos da guerra no século vinte e um tem sido a dominação informacional, e que esta depende amplamente do setor privado.

A guerra de informação estratégica é particularmente importante para as FPM, até o momento o setor privado tem provado ser melhor do que o militar em seus aspectos chave. Firma privada tem não apenas conseguido se equiparar as forças armadas do estado nesta esfera da guerra, mas já tem conseguido atrair um grande volume de negócios atuando na área. (Singer 2007 loc. 1407 , tradução nossa.)¹⁸

Porém estas novas tecnologias requerem investimentos significativos por parte dos estados, as empresas privadas então oferecem uma alternativa viável por prover com grande eficiência estes serviços a custos reduzidos, se comparados aos

¹⁸ Strategic information warfare is particularly important to the PMF trend, as thus far the private sector has proven to be better than the military in its key aspects. Private firms might not only be able to match state armed forces in this new sphere of warfare but also already draw a great deal of business from it.

custos que o estado teria em formar e manter profissionais altamente qualificados para operar estes equipamentos.

2.4 O Setor Privado no Sistema Internacional.

Como vimos nos tópicos anteriores, à privatização atingiu o setor militar de forma significativa. Vemos que um leque cada vez maior de funções militares está sendo transferidas para o setor civil. Segundo Singer (2007) Com o grande crescimento da presença do setor civil nas guerras, fica cada vez mais difícil traçar a linha entre ocupações militares e não militares.

O papel do setor civil nos conflitos é vasto. A maior parte dos sistemas de informações usados pelas forças militares mundiais é projetada, desenvolvida, e gerenciada pelo setor civil, e faz uso extensivo da infraestrutura informacional civil (Singer 2007). Porém segundo o autor, a atuação do setor civil vai muito além de controle informacional. Áreas como teste de armas, reabastecimento de aeronaves militares em pleno ar, manutenção de tanques e aeronaves, entre outros são todos privatizados dentro do exército estadunidense. As operações militares dos Estados Unidos tem se tornado tão complexas, que até cinco companhias privadas tem assessorado os militares em uma mesma operação (Singer 2007).

O uso proeminente do setor privado em operações militares levanta diversos problemas. Uessler (2008) afirma que estes problemas se estendem desde a segurança contratual, passam pelo controle democrático e vão até o dever de prestar contas. Como veremos a seguir estes problemas são multifacetados e ainda não foram propriamente solucionados.

As forças paramilitares segundo Thompson são percebidas como mecanismos não estatais, dessa forma os estados tem historicamente usado este tipo de mecanismo para obter ganhos políticos e econômicos a custos menores.

Autorizando a violência não estatal no sistema internacional serviu bem os interesses dos estados. Atores não estatais contribuíram muito para os objetivos políticos, territoriais e econômicos dos governantes, a baixos custos para os próprios Estados. Seus esforços foram indispensáveis aos projetos dos estados de fazer guerra com outros estados, suprimindo a

resistência social e ajudando a adquirir uma posição firme em territórios extra europeus. (THOMPSON 1994 loc. 602).¹⁹

Thompson (1994) afirma também que o uso destes mecanismos de coerção não estatal muitas vezes culmina em consequências não previstas pelos estados. Segundo a autora estas consequências provêm da inabilidade estatal de exercer um controle efetivo sobre estas companhias paramilitares.

A autora afirma que o uso destas forças configura um paradoxo. De forma a maximizar a eficiência destas práticas os estados tem de minimizar seu controle sobre estas atividades, Thompson (1994), desse modo garantindo que estas forças possam atuar em áreas em que as forças formais do estado não podem, uma vez que as consequências das ações destes grupos não refletem diretamente nos estados, uma vez que o controle que o estado exerce sobre elas é pequeno.

No coração destas práticas se encontra um paradoxo. Para maximizar a eficácia destes atores não estatais, os estados precisavam minimizar as restrições em suas atividades e lucros. Restrições mínimas significam pouco controle estatal e uma autonomia do Estado reduzida. Inversamente, regras destinadas a um maior controle do Estado reduz os incentivos que os atores não estatais possuem para enfrentar os riscos inerentes a estas ações militares. (THOMPSON 1994 loc.602).²⁰

O poderio militar possui funções primárias na consolidação de um Estado, assim como, na manutenção da segurança tanto interna quanto internacional. O poder bélico que o aparato militar formal do Estado possui, segundo Percy (2007) não se diferencia fortemente do armamento mercenário ou paramilitar. Desta maneira então podemos concluir que o poder bélico do exército nacional também pode representar problemas internos para o próprio país, uma vez que este poder pode ser, e historicamente já foi, usado contra a população civil.

¹⁹ Authorizing no state violence in the international system served state interests well. No state actors contributed much to state rulers' political, territorial, and economic goals at little cost to the states themselves. Their efforts were indispensable to the state's projects of making war on other states, suppressing societal resistance and acquiring a foothold in extra-European territories.

²⁰ At the heart of these practices lay a paradox. To maximize no state actors' effectiveness, states needed to minimize the constraints on their activities and profits. Minimal constraints meant little state control and reduced state autonomy. Conversely, regulations designed to enhanced state control reduced no state actors' incentives to make the risks entailed in military actions.

O código de conduta das forças militares de um país tem como objetivo regular a atuação das forças militares do estado. Este conjunto de normas que estabelece os parâmetros da jurisdição militar visa manter o controle unilateral do estado sobre este mecanismo de coerção e assegurar que o mesmo será usado para defesa da população, primariamente contra ameaças externas. Segundo Percy (2007) esta definição formal e bem fundamentada de quem são os militares, e os limites da sua área de atuação, é o que os difere socialmente destas forças paramilitares militares privadas, que se encontra em um 'vácuo jurídico'. Como veremos a seguir esta ausência normativa quanto ao soldado privado oferece benefícios e malefícios ao estado, deixando seu uso ainda mais controverso.

Conflitos prolongados como a guerra no Iraque tendem a apresentar custos sociais altos aos países envolvidos. Podemos entender o crescente uso de forças informais como as companhias paramilitares como uma forma de minimizar estes custos sociais.

As baixas apresentadas pelas companhias paramilitares não são contabilizadas juntamente com as baixas do exército formal e dessa forma não possuem o mesmo peso negativo para a população interna do país. A diminuição do contingente de soldados norte americanos no Iraque e no Afeganistão, substituindo estas forças por paramilitares, também pode ser vista como uma forma de apaziguar as pressões sociais internas que requerem do governo a retirada das tropas americanas do país, sem necessariamente comprometer as operações militares sendo efetuadas nestas frentes.

Para entendermos a efetividade desta estratégia devemos levar em consideração a segregação social estabelecida entre o soldado formal e o paramilitar ou mercenário.

2.5 A Socialização da Guerra

O papel da norma é fundamental para entendermos como os estados operacionalizam estas diferenças entre as forças militares. Segundo Percy (2007) quando começamos a discutir como a identidade estatal é formada pelas normas, nos entramos em um argumento construtivista. Segundo a autora os construtivistas

argumentam que as normas são importantes não apenas para entendermos o comportamento estatal, mas são cruciais para explicar as políticas de estado por que elas constituem a identidade e os interesses deste estado.

Dessa forma a autora explica que para entendermos o curso de ação tomado pelos estados na busca por seus interesses devemos analisar as normas que moldam e influenciam a identidade estatal.

Construtivistas argumentam ainda que normas de todos os tipos sejam caracterizadas pelo fato de que elas não são mantidas por um único indivíduo. A ideia de que um curso de ação em particular é o correto pressupõe uma comunidade que está julgando a validade desse comportamento. Como Thomas coloca: uma norma não seria uma norma se apenas uma pessoa a mantivesse. Em outras palavras, para as normas guiarem o comportamento, deve haver um consenso entre os atores de que a norma pode e deve fazê-lo; este consenso significa que a norma é mantida por um grupo. Este grupo, por sua vez julga a aderência à norma. (PERCY, 2007 p.17, tradução livre.)²¹

O controle sobre uso da coerção está diretamente relacionado aos principais conceitos de soberania adotados nas ciências sociais. O controle estatal sobre o uso da violência na modernidade é muito maior do que nos séculos passados. No século XVIII todos os grandes exércitos europeus dependiam amplamente do uso de mercenários.

O conceito Weberiano define estado, em parte, a partir do seu controle sobre os mecanismos de coerção Thompson (1994). Na lógica weberiana, segundo a autora, uma das principais características do estado é sua capacidade de manter sua posição de detentor legítimo do monopólio do uso da força física para garantir a ordem.

De maneira semelhante, a autora afirma que Tilly em sua definição de estado, inclui o controle dos principais meios de coerção dentro de um determinado território. Giddens por sua vez define o estado nacional, em parte, como possuidor do controle direto dos meios de violência externos e internos dentro de suas fronteiras (GIDDENS 1985 *apud* THOMPSON 1994).

²¹ Constructivists further argue that norms of all kinds are characterized by the fact that they are not individually held. The idea that a particular course of behavior is the correct one presupposes a community which is judging the correctness of that behavior. As Thomas points out, a norm would not be a norm at all if only one person held it. In other words, for norms to guide behavior there must be agreement among actors that the norm does, or should, in fact do so; that agreement means that the norm is held by a group. In turn, that group judges adherence to the norm.

Podemos notar diferenças importantes nestas três definições, Thompson (1994) aponta que Tilly e Giddens não incluem em suas definições a questão da legitimidade, Tilly por sua vez não se refere ao monopólio dos meios de coerção e sim dos principais meios. Outra distinção significativa é que apenas no conceito de Giddens é levantada a questão do uso interno e externo da violência.

Devemos então estabelecer as diferenças entre as forças formais do estado e os paramilitares, de modo a tentar compreender a atuação destas forças perante a soberania estatal. Percy (2007) estabelece que as novas normas implementadas a partir do século dezanove, visavam diferenciar socialmente o 'soldado' do 'mercenário'. Esta divisão segundo a autora estabelece uma hierarquia entre os dois grupos, e concede ao Estado o poder de criar normas que restringem a operação e o uso deste tipo de força militar.

O que faz um mercenário diferente de um soldado? E o que significa colocar um combatente na categoria 'mercenário' em detrimento da categoria 'soldado'? Categorizar um combatente como mercenário tem consequências importantes, uma vez que os mercenários são considerados, no mínimo, lutadores irregulares, se não moralmente repreensíveis. A definição de mercenários depende da diferenciação entre mercenários e soldados, e no ressaltado dos critérios usados nesta diferenciação. A diferença entre soldados e outros combatentes e mercenários estão na base que suporta as normas usadas contra o uso destas forças. É justamente porque mercenários são diferentes de combatentes normais que os estados buscam controlar e limitar o seu uso, e estas diferenças são as raízes das normas prospectivas contrárias ao uso de mercenários. (PERCY, 2007 p.60, tradução livre).²²

A atuação destas companhias paramilitares muitas vezes é considerada como questão de segurança, por se tratar de grupos armados não pertencentes ao Estado. Este ponto interage diretamente com as divergências encontradas nos conceitos de soberania estatal. Thompson (1994) afirma que o controle estatal sobre o uso da violência implica que o mesmo deve possuir autoridade decisória sobre a

²² What makes a mercenary different from a soldier? And what does it mean to place a fighter in the category 'mercenary' rather than the category 'soldier'? Categorizing a fighter as a mercenary has important consequences, as mercenaries are considered at least to be irregular fighters, if not morally reprehensible.

The definition of a mercenary relies on differentiating mercenaries from soldiers, and highlighting the criteria used in the differentiation. The differences between soldiers and other fighters and mercenaries then form the groundwork for the norm against their use. It is because mercenaries are different from regular fighters that states have sought to control or limit their use, and these differences are the root source of the proscriptive norm against mercenary use.

alocação destes meios de coerção, assim como a autoridade para decidir os fins para os quais o uso da violência é autorizado.

Se levarmos em consideração que as companhias paramilitares atuam em nome do estado, ou seja, o estado possui poder decisório sobre a alocação deste mecanismo, embora não pertençam ao mesmo, vemos que este tipo de recurso se enquadraria nas definições apresentadas por Giddens e Tilly.

É possível fazer uma analogia entre as empresas paramilitares modernas e os corsários do século dezanove. Os corsários não pertenciam às forças formais do estado, mas agiam sobre a autoridade do mesmo. Nestes dois casos o estado autoriza agentes não estatais a fazer uso de seu poderio contra os inimigos do estado.

Como discutido anteriormente, o código de conduta das forças militares de um país é composto por uma hierarquia elaborada com objetivo de regular a atuação das forças militares do estado. Esta hierarquia é amparada por um conjunto de leis e normas que estabelece os parâmetros da jurisdição militar. Como afirmado anteriormente na visão de Percy (2007) esta definição formal é que difere socialmente as forças militares.

CONCLUSÃO

Este capítulo explicitou a trajetória do paramilitarismo através da história, demonstrando que o mesmo sempre se fez presente nas arenas de conflito. O paramilitarismo passou por mudanças significativas ao longo de sua história milenar, sempre refletindo as mudanças no quadro político social.

Vimos como o paramilitarismo na atualidade foi consolidado e como ele se difere da noção clássica ligada ao modelo antigo de mercenários. Demonstrado alguns dos dilemas relacionados ao uso de forças paramilitares na atualidade. Vemos que as forças militares formais do estado nacional e as forças empregadas pelas companhias paramilitares privadas possuem diversas similaridades, entretanto a partir da criação do estado nacional podemos notar um processo de segregação social que diferencia de maneira fundamental estas duas forças.

Esse processo talvez possa ser parcialmente explicado pela lógica moderna de que o exército nacional possui uma função fundamental para a consolidação e legitimidade do estado, sendo assim a segregação entre este e as demais forças militares sendo fundamental.

Vimos que ao fazer uso de mecanismos de coerção não estatais proporcionam benefícios para os estados, sendo que estas empresas privadas podem minimizar os custos tanto econômicos, quanto sociais de conflitos. Aderindo à lógica do pós-guerra fria, de privatização de diversos setores que anteriormente eram de responsabilidade estatal. Porém esta dependência do setor privado gera alguns dilemas ligados à soberania e regulação, uma vez que estas forças apesar de serem mobilizadas pelo estado, não estão sujeitas as mesmas regras que controlam o poderio militar estatal, e seu uso muitas vezes gera consequências não antecipadas pelos governos.

Este paradoxo pode ser analisado a partir do uso de forças paramilitares pelos Estados Unidos, que será explorado de maneira mais profunda no próximo capítulo, uma vez que a identidade interna do país pode ser vista como fortemente ligada a seu exército formal, e a luta constante contra o 'outro' externo. O envio de forças militares privadas externas e internas para suplementar a ação do exército nacional pode ser possivelmente explicada através da lógica de que estas forças privadas não são vistas como equivalentes ao exército nacional e sim a mecanismos não estatais, usados de forma a minimizar custos e agir em áreas onde o exército formal não pode agir devido ao forte controle exercido sobre os mecanismos formais de coerção.

3 A GUERRA PRIVADA

Este capítulo tem como objetivo analisar o uso de forças paramilitares na modernidade, focando no uso destas companhias pelos Estados Unidos nos recentes conflitos no Iraque e Afeganistão. Inicialmente serão abordadas as principais mudanças no perfil dos paramilitares na atualidade, focando nos quesitos mais relevantes quanto ao uso destas forças pelos Estados Unidos. Os demais tópicos abordarão as consequências do uso deste tipo de empresa, e seu contraste com as forças formais do estado.

Como visto no primeiro capítulo a área de segurança internacional é de grande importância para as RI, sendo amplamente debatida por uma grande gama dos autores a necessidade dos estados de garantir sua soberania. A segurança se mostra como assunto primordial da agenda estatal, principalmente durante a Guerra Fria. No contexto pós-guerra fria outros fatores passaram disputar a agenda estatal, juntamente com as questões de segurança.

O uso de forças paramilitares em questões de segurança pode estar vinculado a esta mudança de paradigma, uma vez que estas forças se mostram econômica e socialmente menos custosas para o Estado do que o uso exclusivo do contingente militar nacional.

Campbell (1998) afirma que a interpretação daquilo que é visto como ameaça é subjetivo e sujeito a processos de securitização sociais que estabelecem a agenda estatal. Como apontado no primeiro capítulo, não necessariamente a ameaça responsável por causar mais danos ao Estado será entendida como a maior ameaça ao mesmo.

No primeiro capítulo foi debatido que a noção de inimigo, para o estado, pode ser entendida como uma construção social arbitrária, de forma semelhante a esta noção de ameaça. Neste capítulo será proposto que a segregação entre as companhias paramilitares e as forças nacionais está sujeita a interpretação social e a noção interna do inimigo.

Como afirmado anteriormente, a construção da identidade americana é influenciada pelo 'mito da fronteira' descrito por Campbell. No século dezenove na conquista do oeste americano, quando as forças formais do estado, que visavam salvaguardar a lei e a ordem, não eram suficientes para garantir a segurança dos

cidadãos os civis eram recrutados pelo governo para ajudar a garantir a paz. Pode ser visto um possível paralelo entre o uso de forças paramilitares civis na recente guerra contra o terrorismo e o 'mito da fronteira', onde o governo lança mão de forças civis para agir em complemento às forças formais do Estado em defesa da liberdade.

Este capítulo foi dividido em quatro tópicos que visam analisar diferentes aspectos do uso de forças paramilitares nos últimos anos, expondo uma interpretação da importância deste tipo de companhia no militarismo moderno, mais especificamente para o aparato militar estadunidense.

3.1 TECNOLOGIA E A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES.

Os conflitos modernos requerem um nível cada vez maior de tecnologia associada ao militarismo. Como vimos no capítulo anterior, existe uma demanda crescente por conhecimentos técnicos de ponta, esta demanda é suprida de maneira crescente pelo setor privado. Um novo aspecto nos conflitos do século vinte e um é o domínio estratégico de informações, o que requer grande assistência do setor privado (Singer 2007).

A chamada "Revolução nos Assuntos Militares" (RAM) é um termo que descreve esta mudança nas campanhas militares modernas. Ele retrata a crescente dependência informacional que aflige as operações militares, principalmente a integração destas tecnologias informacionais que melhoram exponencialmente a efetividade das forças militares. Segundo Singer grandes estados podem fazer uso efetivo desta nova onda informacional, porém encontram algumas dificuldades, o uso efetivo da RAM requer um alto grau de sofisticação tecnológica e um pessoal altamente treinado, sendo assim o setor privado tem um domínio mais elevado nesta área, sendo capaz de acompanhar os avanços com maior dinamismo.

Um pequeno grupo privado muitas vezes é capaz de superar as capacidades tecnológicas de um grande estado, como demonstrado pelos diversos ataques de hackers a sistemas governamentais ao redor do mundo. Dessa forma o uso do setor privado se mostra imperativo para que o estado se mantenha competitivo neste setor. Com o final da guerra fria o setor privado tomou a liderança em assuntos

tecnológicos e os governos passaram a oferecer fundos a empresas privadas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Estes fundos são oferecidos para o desenvolvimento de qualquer tecnologia que pode ser usada pelas forças armadas, não apenas às pesquisas voltadas diretamente para a criação de armamentos.

“A Revolução nos Assuntos Militares (RAM) é o termo geral criado para descrever essa mudança nos conflitos modernos. A RAM afirma que novas tecnologias, principalmente as tecnologias de integração de informações, estão possibilitando uma ascensão exponencial da letalidade e mobilidade em munições. Enquanto grandes estados podem tirar grandes vantagens da RAM, como o sucesso das forças dos E.U.A no Afeganistão contra as forças tribais atesta, ela também pode erodir algumas das vantagens tradicionais que estes estados possuem em conflitos armados. Por exemplo, como a nação mais ‘conectada’ e por consequência mais dependente de uma infraestrutura informacional nas forças militares, econômicas, e sociais, a guerra estratégica de informacional pode ser particularmente problemática para os Estados Unidos.”²³

Esta chamada guerra tática informacional²⁴ é de grande importância para as empresas paramilitares da atualidade, por que até o momento estas empresas tem se mostrado superiores aos estados nestes aspectos chave. Segundo Singer este aspecto da guerra, a análise tática de informações vai continuar a crescer nos próximos anos, assim como a presença do setor privado.

Grande parte dos sistemas de informação usados pelas forças militares do mundo hoje foram criadas, e mantidas por civis para uso civil. (Singer 2007). Existe uma crescente preocupação entre os militares estadunidenses sobre essa dependência do setor privado. O controle informacional hoje é dominado por estas empresas paramilitares. Os E.U.A são amplamente dependentes destas empresas até mesmo para as operações militares mais básicas, uma vez que a presença do setor privado é proeminente nos mais diversos aspectos. Como vimos anteriormente as empresas paramilitares privadas são parcial ou totalmente responsáveis por suprir as forças armadas com armamentos, uniformes, transporte, inteligência,

²³ The Revolution in Military Affairs (RMA) is the general term coined to describe this trend within modern warfare. The RMA claims that the new technology, in particular the integration of information technologies, is creating a multiplicative rise in the lethality and mobility in munitions. While large states can take great advantage of the RMA, as the success of the U.S. forces in Afghanistan against the tribally change can also erode some of the traditional advantage that states hold in armed conflict. For instance, as the world’s most ‘wired’ nation and thus dependent on information infrastructure in a military, economic, and social sense, strategic information warfare could be particularly problematic for the United States.

²⁴ Strategic information warfare.

treinamento, manutenção de equipamento e abastecimento aéreo, além de fornecer tropas que atuam diretamente nos conflitos, em diversos graus de atuação.

As novas armas usadas nos conflitos pelos Estados Unidos são as mais avançadas tecnologicamente. Sendo assim a mão de obra necessária para operar e manter este equipamento tem que vir do setor privado responsável pela criação destas armas. Desta forma o alto grau de envolvimento de civis é inevitável. Segundo Singer, estas armas estão se tornando tão complexas que até cinco empresas privadas diferentes são necessárias para a sua utilização.

Como exposto no capítulo anterior, esta mudança na condução das guerras, impulsionou a ascensão do setor privado. Um número crescente de especialistas em diversas áreas passou a ser alocado para o setor privado, que continuou a demonstrar sua eficiência. Os E.U.A estão na vanguarda desta crescente privatização do setor público, porém como veremos a seguir esta decisão possui consequências diversas, podendo ser vistas como positivas ou negativas, mas que demonstram que a presença do setor privado na condução da guerra sempre se fez presente, e oferece benefícios e malefícios relativos para o estado.

3.2 O AFGANISTÃO, OS TALIBÃ, E O ÓPIO.

O Afeganistão começa a se tornar um dos maiores produtores de ópio do mundo um pouco antes da invasão soviética de 1979. O período de 1978 a 1980 foi de grande seca na região do triângulo dourado, até então o maior produtor de ópio do mundo. O déficit na produção fez com que o Crescente Dourado absorvesse maior parte da demanda mundial. Porém subsequentemente os governos de Paquistão e Irã atuaram para banir o cultivo da droga. Dessa forma, como a guerra no Afeganistão fragilizou a capacidade estatal de controlar o tráfico de drogas dentro do país, muitos camponeses que tinham suas plantações destruídas pelos bombardeios soviéticos passaram ao cultivo agora muito mais lucrativo da papoula como forma de subsistência. Isso ocorreu, pois a própria infraestrutura para escoamento da produção lícita se tornara ilícita ou informal, sendo irrelevante nos custos operacionais a licitude do cultivo. (BUTON, 2006; SCOTT, 2003).

A produção da droga na década subsequente chegou a mais de dez mil toneladas. Parte deste aumento é explicado pelo retorno de mais de um milhão de refugiados que chegavam ao país vindo do Paquistão e tentavam reconstruir suas vidas sem o mínimo de infraestrutura. O plantio da papoula servia como única opção viável de subsistência para essas famílias camponesas. (LABROUSSE, 2010; SCOTT, 2003).

Dentre as sub-regiões analisadas, o caso do Afeganistão é emblemático no que concerne a interferência das grandes potências. A política estadunidense para o Afeganistão no período entre 1979 a 1991 foi dominada pelo medo de uma revolução iraniana, como parte da ameaça soviética à região. A invasão soviética ao Afeganistão agravou ainda mais este medo. (SCOTT 2003). Os interesses geopolíticos estadunidense estavam centrados na grande concentração de petróleo e gás natural na região, assim como minerais valiosos como o ouro. Dessa forma era importante para o governo americano instalar uma forte presença na região de forma a combater o avanço soviético e possivelmente obter controle sobre estes recursos. No entanto a questão da droga nunca foi uma grande preocupação para os EUA. No início dos anos noventa, por consequência da guerra, e também por influência dos EUA, o Afeganistão se tornou um dos maiores produtores do mundo de ópio - e nos anos 2000 ele vai passar a ocupar a posição de maior produtor mundial da substância. (SCOTT, 2003).

Para entender o caso afegão é indispensável entender a relação entre a droga e o financiamento de grupos beligerantes. O país já possuía uma economia frágil, abalada por anos de conflito, quando os talibãs surgem no país em 1994. O Afeganistão produzia três mil toneladas de ópio por ano, e os comandantes mujahidins passaram a fazer uso extenso do dinheiro da droga para financiar suas operações. Os talibãs impediam o roubo de colheitas, incluindo as de ópio, e esta posição ajudou a consolidar apoio popular as operações do grupo dentro do país, e a aumentar o controle do grupo sobre o território. As regiões de Helmand ao Sul e Nangarhar ao Leste são exemplos de regiões onde os camponeses produtores de ópio apoiavam fortemente o regime. O regime aplicava um sistema de taxaço sobre a colheita do ópio que chegava a 12,5%. Este ópio em espécie taxado pelo talibã não era destruído, e sim levado a laboratórios para ser convertido em heroína. Muitos destes laboratórios operavam fora do Afeganistão, como no Irã e no Paquistão. Tropas talibãs eram vistas escoltando comboios de heroína e ópio

destinados ao Irã e Paquistão, reforçando os padrões de inimizade na região (principalmente em relação ao governo iraniano). Diversos testemunhos confirmam que os talibãs passaram a tolerar inclusive a presença dos laboratórios de produção de heroína. (SCOTT, 2003).

Estima-se que os talibãs obtiveram até o ano 2000 entre 75 a 100 milhões de dólares anuais com o tráfico de drogas. Oficialmente os talibãs se posicionavam fortemente contrários às drogas, baseados em fundamentos religiosos islâmicos. Mas ao mesmo tempo afirmavam que muitas famílias, principalmente das regiões mais pobres do país, dependiam do plantio da papoula para sobreviver. Em 2001 houve, no entanto, uma grande redução no cultivo e produção de ópio na região, essa redução não é atribuída à invasão estadunidense (que só veio a ocorrer no final do ano), e sim a uma política de erradicação implementada pelo próprio regime talibã em busca de legitimidade. A redução ocorrida foi de quase 100% da produção localizada em território controlado pelo grupo, a exceção foram às plantações localizadas no norte do país, sob o controle de grupos rivais.

Os interesses estadunidenses na região surgem no período em que o Afeganistão se torna o maior produtor de heroína do mundo. Após os atentados de 11 de setembro o governo estadunidense lança a guerra contra o terror, e incorpora dentro da categoria de *grupo terrorista* aqueles grupos que supostamente financiam suas atividades com capital adquirido por meio do tráfico de drogas. Quando os Estados Unidos atacam o Afeganistão em outubro de 2001, pensava-se que este seria mais um capítulo na guerra contra as drogas. No entanto a invasão orquestrada pelo país ao Afeganistão em 2001 foi planejada tendo em vista a ajuda de grupos narcotraficantes que controlavam os territórios ao norte do país – Northern Alliance – e que eram inimigos do regime Talibã. (SCOTT, 2003).

Os Estados Unidos não declararam guerra às drogas no país, por que seu alvo na época - os Talibãs - no mesmo ano, como visto, haviam demandado o fim da produção de ópio no país. Por sua vez a Aliança do Norte era agora responsável por quase todo o tráfico de ópio no país. O nordeste do Afeganistão - controlado pela Aliança do Norte - manteve a produção do ópio e heroína se tornando a única fonte considerável destas drogas dentro do território afegão. Desta forma, igualmente ao período em que auxiliou a resistência afegã aos soviéticos por meio do incentivo à produção e comércio de entorpecentes, os Estados Unidos não estavam lutando

uma guerra contra as drogas, mas sim uma guerra auxiliada pelas drogas. (SCOTT, 2003).

A intervenção militar americana no Afeganistão em 2001 acabou restaurando o tráfico de ópio no mercado mundial. Em cada província em que os Talibãs eram derrotados em 2001, os fazendeiros voltavam ao plantio mais lucrativo da papoula, como forma de subsistência no país desestabilizado pela guerra. Dessa forma gradualmente o tráfico de drogas na região volta a ganhar força com a intervenção estadunidense. (SCOTT, 2003).

Os Talibãs ainda se mantinham contrários às drogas, e em janeiro de 2002 voltam a proibir o plantio da papoula, mas sua influência dentro do país já era menor, e a proibição não possui quase nenhum efeito. Os territórios controlados pela Aliança do Norte mantêm a produção não só do ópio, mas da heroína processada, agora com recém-surgidos laboratórios. (SCOTT, 2003).

É neste contexto que empresas paramilitares atuam no Afeganistão. Em uma fortaleza chamada “Firebase Lilley” próxima à fronteira com o Paquistão agentes da CIA treinaram mais de 3.000 destes soldados paramilitares. Estas forças paramilitares são chamadas de “Counterterrorism Pursuit Teams”. O uso deste tipo de força paramilitar pode ser bastante efetivo, uma vez que treina membros da população local para lutar contra a ameaça terrorista.

O exército americano depende fortemente de PMCs para atuar no Afeganistão, mas o número de soldados oficiais do exército e da marinha tem sido mantido, diferentemente do Iraque. O combate ao terrorismo tem justificado o grande investimento durante os últimos onze anos de guerra.

3.3 DEMOCRACIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E A GUERRA NO IRAQUE.

Com o final da guerra fria o orçamento destinado ao aparato militar dos EUA foi amplamente reduzido. Como agravante o orçamento é dividido primariamente entre o Iraque e o Afeganistão. Como maneira de compensar este déficit o governo passa a fazer uso cada vez mais expressivo de forças paramilitares.

A invasão norte americana no Iraque foi amplamente criticada, e abriu espaço para uma mudança de governo dentro dos EUA. Com o passar dos anos podemos

constatar um desgaste da opinião pública quanto à prolongada estadia das tropas norte americanas no país.

Um fator importante para este contexto é o canário de crise econômica que havia se estabelecido em 2008, que contribuía para configurar um cenário político de insatisfação com o governo anterior e a demanda por novas políticas por parte dos eleitores.

Um dos pilares que sustentou a eleição do presidente Barack Obama foi a promessa da retirada das estadunidenses do Iraque. Desse modo a demora na retirada das tropas criou um cenário de insatisfação popular.

Como esta crescente transferência de funções, cada vez mais básicas do aparato militar para o setor privado, podemos observar as diversas consequências oriundas desta mudança. Os acontecimentos no Iraque são os mais apropriados para iluminar os diversos aspectos dos problemas ligados às empresas militares privadas (Uessler 2008).

O presidente Barack Obama em sua campanha presidencial tinha, como um de seus pilares de campanha, a retirada das tropas estadunidenses do Iraque. Porém esta retirada foi bastante gradual. Até o final de seu primeiro ano de mandato em 2009, o número de tropas presentes no país ainda era muito significativo, sendo que ao final do ano mais de cem mil soldados americanos ainda operavam no país.

Devemos levar em consideração que a área de segurança é bastante complexa, uma vez que envolve aspectos de grande importância para o país. Impactando diversos setores, não apenas o político, mas também o econômico e social.

Como dito anteriormente, a invasão norte americana no Iraque sofreu amplas críticas, dentro do país e no cenário internacional. Com o passar dos anos podemos constatar um desgaste da opinião pública quanto à prolongada estadia das tropas estadunidenses no país. Outro fator importante para este contexto é a crise econômica que havia se estabelecido em 2008 e que contribuía para configurar um cenário político de insatisfação com o governo anterior e a demanda por novas políticas por parte dos eleitores.

Segundo Uessler em março de 2004, quatro funcionários da conhecida empresa privada Blackwater foram mortos em Fallujah. Estes homens eram todos antigos membros de unidades de elite do exército estadunidense como os seals.

Segundo o governo dos Estados Unidos estes quatro homens eram civis, que foram assassinados por forças inimigas, porém segundo a visão das tropas iraquianas eles eram combatentes treinados e fortemente armados. O autor afirma que nunca foi explicado pelo governo estadunidense o que aqueles quatro homens faziam em uma área de combate, fortemente armados sem escolta ou proteção das forças militares formais. Segundo os rebeldes iraquianos estes homens atuavam como soldados combatentes de elite, porém não atuavam de acordo com a conduta militar, torturando e matando os iraquianos sobre o pretexto de encontrar terroristas.

“As informações são completamente contraditórias: a empresa Blackwater, o governo provisório de coalizão no Iraque (CPA) e a maioria dos meios de comunicação norte americanos informaram que os quatro ‘civis’ tinham caído em uma emboscada, que tinham sido assassinados de forma brutal e, então, mutilados. Os rebeldes iraquianos, em contrapartida, garantiram que não se tratava de maneira alguma de ‘civis’, mas de ‘combatentes especiais’ fortemente armados que, com o pretexto de procurar terroristas, realizavam batidas noturnas, abusavam de mulheres e crianças, torturavam e matavam de maneira mais brutal possível adultos e jovens do sexo masculino.” (Uessler 2008 pg210).

O que nos leva aos problemas de prestação de contas relacionados ao prolongamento da ocupação. Mesmo se os cidadãos não forem capazes de obrigar os governos a sempre cumprirem suas promessas, eles são capazes de responsabilizar os governantes por suas ações, se os eleitores perceberem que estes governantes eleitos não estão agindo com os interesses da população em mente, garantindo que os mesmos não sejam reeleitos.

Mesmo se os cidadãos são incapazes de controlar os governos obrigando-os a seguirem mandatos, os cidadãos quiçá consigam fazê-lo, se puderem induzir os representantes a antecipar que eles terão que prestar contas por suas ações anteriores. Os governantes são controláveis mediante prestação de contas, caso os eleitores possam discernir se os governantes estão agindo em prol de seus interesses e caso possam sancioná-los apropriadamente, de tal forma que aqueles representantes que agirem em benefício do interesse dos cidadãos vencerá a reeleição e aqueles que não o fizerem, perderão. (MANIN, PRZEWORSKI E STOKES, 2006 p.119).

Dessa forma podemos analisar por que o atraso na retirada das tropas norte americanas do Iraque causaria uma queda na aprovação do governo de Barack Obama. Como apontado anteriormente, a retirada das tropas envolve diversas áreas de grande relevância, como segurança e economia. Neste tipo de decisão onde

diversas áreas significativas serão afetadas, segundo os autores, o governante tem de levar em consideração os diversos interesses envolvidos, antes de tomar a decisão de como agir.

Manin, Przeworski e Stokes (2006) afirmam que nem sempre os eleitores têm as informações necessárias para avaliar as condições nas quais o representante toma suas decisões, assim como as consequências causadas por essas decisões nos diversos setores envolvidos. Sendo assim o governante pode agir de maneira a encontrar caminhos que contornem o problema. Neste caso podemos entender assim, em parte, o uso de forças paramilitares.

Porém, suponha-se que os eleitores não sabem quais são as condições. Os políticos conhecem essas condições, mas, para os eleitores, pode ser inviável observá-las ou talvez possam monitorá-las apenas com certo custo. Tais condições podem incluir a postura de negociação de governos estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais (algo que os cidadãos não podem observar); ou o nível de demanda da exportação dos maiores compradores do país (algo que os eleitores conseguem observar apenas se se tornarem economistas). Então, os eleitores estão em um dilema: se eles estabelecem um parâmetro elevado e as condições forem ruins, o representante não será reeleito, faça o que ele fizer, e ele irá buscar rendas excessivas. Por sua vez, se os eleitores estabelecem um parâmetro baixo, o representante terá condições de procurar rendas excessivas quando as condições forem boas e, nesse caso, será reeleito dando menos aos eleitores do que poderia ter dado. Seja qual for a decisão dos eleitores, os políticos algumas vezes vão escapar de seu controle. (MANIN, PRZEWORSKI E STOKES, 2006 p.119).

Nota-se neste período e nos anos seguintes, onde a retirada das tropas americanas se mostra mais acentuada, um crescimento na contratação destas forças privadas para atuarem no Iraque. Enquanto as forças formais do estado são gradualmente removidas a necessidade de tropas é suprida por estas empresas paramilitares. Deste modo o governo Obama atende a demanda de seus eleitores, mas mantém uma forte presença militar na região, delegando à estas empresas funções anteriormente desempenhadas pelas forças estatais.

3.4 DILEMAS DE REGULAÇÃO E SOBERANIA

A securitização das companhias paramilitares e dos mercenários estabelece uma clara distinção destas forças e o exército nacional. Segundo Uessler (2008) a liderança militar estadunidense não possui controle sobre a atuação destas empresas paramilitares, e não tem acesso aos parâmetros de atuação destas empresas, criando uma clara divisão burocrática entre os dois aparatos. Oficialmente estas empresas não pertencem ao aparato militar formal do estado, e como vimos anteriormente recebem suas missões diretamente do governo estadunidense, não estando restritas às normas que regulam a atuação das forças armadas.

Como estipulado anteriormente à atuação destas companhias paramilitares é vista como questão de segurança, uma vez que estes grupos exercem funções que afetam diretamente a segurança do estado, a primeira vista podendo comprometer a segurança estatal.

“A liderança militar do exército dos Estados Unidos no Iraque não sabe oficialmente nada sobre o que as empresas militares privadas fazem, devem, precisam ou podem fazer. Essas empresas não pertencem à cadeia do comando militar. Elas recebem suas missões diretamente do Pentágono e lá as pessoas silenciam tanto quanto nas centrais das empresas dos prestadores de serviços militares; um remete para o outro e todos para o segredo contratual.” (Uessler 2008 pg210).

No segundo capítulo foi debatido que o estado deve possuir poder decisório sobre o uso da violência, de modo a garantir sua soberania, porém o uso de forças paramilitares pode ser visto de forma ambígua, uma vez que esta não pertence ao estado, porém é comandada por ele.

O controle sobre o poderio militar não estatal pode ser visto como uma questão de segurança, uma vez que este poderio pode ser visto como uma ameaça ao estado. A visão pós-estruturalista de Campbell (1998) argumenta que as ameaças apenas podem ser constituídas como tal, através da interpretação discursiva. Como vimos anteriormente o autor não nega a existência de riscos ‘reais’, mas coloca em questão a subjetividade destes riscos, e se os mesmo serão

interpretados como ameaças. Desse modo o processo de securitização nos permite analisar como estes riscos são socialmente construídos como ameaças.

Deste modo podemos analisar as diferenças atribuídas às diversas definições atreladas às forças paramilitares. O mercenário é tratado legalmente de forma distinta do soldado, assim como do paramilitar registrado, embora estas forças compartilhem diversas semelhanças fundamentais. Nesta visão as diferenças entre eles seriam elaboradas em um nível discursivo, no estabelecimento de normas que regulariam a atuação e a possível ameaça de cada uma destas forças.

No segundo capítulo foi apresentada a visão de Percy (2007) que afirma a importância vital que o poderio militar possui para o estado, na manutenção da segurança interna e externa do mesmo. As forças estatais e paramilitares possuem fortes semelhanças, porém podemos analisar que o discurso construído em torno destas duas forças foca em exacerbar as diferenças entre elas, dando forte ênfase na importância das forças estatais e apagando as semelhanças que estas possuem com as forças privadas.

O código de conduta das forças militares de um país é composto por uma hierarquia elaborada com objetivo de regular a atuação das forças militares do estado. Esta hierarquia é amparada por um conjunto de leis e normas que estabelece os parâmetros da jurisdição militar. Como afirmado anteriormente na visão de Percy (2007) esta definição formal é que difere socialmente as forças militares.

No primeiro capítulo foi exposta visão de Walker (2006) que afirma que o estado depende de sua legitimidade para se manter como tal, e esta é obtida através do reconhecimento social de seus cidadãos da soberania deste estado. Porém segundo, o autor, este conceito social de soberania esta em constante mudança e sujeito a reinterpretações. A identidade do estado se faz em conjunto com seu sistema de valores e com a sua expressão de 'poder', o que é aceito como uso legítimo da força estaria então ligado a esta instável identidade estatal, que pode sofrer alterações ao longo do tempo. Dessa forma a segregação das forças militares formais do Estado em detrimento do poderio mercenário pode ser justificada por este argumento.

3.5 ACCOUNTABILITY E IDENTIDADE

A identidade do estado Norte Americano segundo Campbell, sempre esteve atrelada ao denominado 'mito da fronteira'. Segundo o autor a fronteira é uma imagem poderosa e recorrente no discurso político Americano (Campbell 1998). A fronteira, neste discurso, representa a delimitação errante entre a barbárie e a civilização, o caos e a ordem.

Estas antíteses são fundamentais para a criação da identidade do estado, a partir da lógica de externalização e da dicotomia do *'inside/outside'*. Segundo Campbell, a fundamentação da identidade norte americana no século dezenove só foi possível a partir da externalização e das conseqüentes ações violentas tomadas contra o Índio, que neste contexto era socialmente definido como 'o outro'. Foram atrelados aos índios os rótulos de bárbaros e atrasados, estes dogmas são fundamentados na lógica Hobbesiana de que estes indivíduos não eram civilizados, conhecimentos formais sendo incapazes de estabelecer uma civilização formal.

Neste contexto de ambigüidade, fixar a identidade na forma de Estado requer a ênfase na natureza mutável e perigosa do mundo. Ou seja, os discursos do "perigo" são centrais aos discursos do "estado" e aos discursos do "homem". No lugar da certeza espiritual que forneceu o suporte do cristianismo, o Estado requer os discursos do "perigo" para fornecer uma nova teologia da verdade sobre o que e quem "nós" somos, destacando quem ou o que "nós" não somos, e o que "nós" temos que temer. (CAMPBELL, 1998 p.48, tradução livre)²⁵

O mito da fronteira fez parte da identidade americana. Segundo Campbell, durante o século vinte, o Iraque e o Vietnã foram denominados pelas tropas americanas como o 'país indígena', um termo usado durante a conquista do oeste para definir as terras ainda controladas pelos nativos. Esta clara distinção tem como objetivo demarcar que as terras sob o controle dos 'índios' são incivilizadas e dessa forma externas ao estado americano.

²⁵ In this context of incipient ambiguity brought on by an insistence that can no longer be grounded, securing identity in the form of the state requires an emphasis on the unfinished and endangered nature of the world. In other words, discourses of "danger" are central to the discourses of the "state" and the discourses of "man". In place of the spiritual certitude that provided the vertical intensity to support the horizontal extensiveness of Christendom, the state requires discourses of "danger" to provide a new theology of truth about who and what "we" are by highlighting who or what "we" are not, and what "we" have to fear.

O comunismo, segundo Campbell (1998), no início do século vinte sofreu uma segregação semelhante, onde os comunistas eram considerados uma ameaça à civilização ocidental. Os comunistas eram chamados de 'vermelhos' um termo também usado para definir os índios 'pele vermelha' na conquista do oeste americano.

A guerra no Iraque associada à guerra ao terrorismo possivelmente se enquadra nesta definição do dito 'mito da fronteira', uma vez que os terroristas são vistos como uma ameaça externa à civilização, sendo considerados bárbaros e uma ameaça à segurança do estado.

Porém o uso acentuado de forças paramilitares pelos EUA nos recentes conflitos no oriente médio levanta algumas questões quanto aos argumentos de Campbell. Como visto anteriormente, estas companhias paramilitares atuam com aval estatal, mas não pertencem ao mesmo. Sendo assim a utilização deste tipo específico de meio de coerção inicialmente vai contra a noção de que a identidade americana é formada nesta dicotomia entre o 'eu' interno e o 'outro' externo.

Podemos analisar este paradigma de outra forma. Como atestado anteriormente estes mecanismos não estatais, tem sido historicamente usados para obter ganhos políticos e econômicos a custos menores. E o uso destes mecanismos de coerção não estatal culmina em consequências inesperadas pelos estados. Segundo Thompson (1994) a inabilidade estatal de exercer um controle efetivo sobre estas empresas configura um cenário propício para esta instabilidade, culminando no paradoxo apresentado no capítulo anterior.

Thompson (1994) demonstra que de forma a maximizar a eficiência destas empresas os estados empregadores tem de minimizar seu controle sobre suas operações, garantindo assim que elas possam atuar em áreas distintas, das áreas operadas pelas forças formais do estado, minimizando os riscos de que as consequências das ações destes grupos reflitam diretamente nos estados.

Como apontado no segundo capítulo, o prolongamento de conflitos tende a aumentar de forma significativa os custos sociais para os países envolvidos. O crescente uso de forças privadas como as companhias paramilitares apresentam uma forma de minimizar estes custos sociais. Uma vez que as baixas sofridas pelas companhias paramilitares são contabilizadas separadamente das baixas do exército formal, e raramente são divulgadas pelo governo ou pela imprensa. Esta diferenciação somada com a noção de que os funcionários de companhias privadas

não são vistos socialmente como soldados nacionais ajudam a aliviar as pressões sociais quanto aos custos da guerra e corroboram o discurso estatal que tenta justificar o prolongamento dos conflitos.

É a partir desta distinção onde o soldado pertence ao estado ou *inside*, e portanto está sobre a jurisdição e responsabilidade do mesmo, enquanto o paramilitar é enquadrado dentro da noção de externo ou *outside*, e sua atuação é regida com mínimo controle estatal e estabelecida dentro dos parâmetros de uma operação de uma transação econômica.

CONCLUSÃO

A análise apresentada demonstra alguns dos dilemas relacionados ao uso de forças paramilitares na atualidade. As forças militares formais do estado e as alocadas pelas companhias paramilitares privadas possuem diversas similaridades, entretanto a partir da criação do estado nacional podemos notar um processo de segregação social que diferencia de maneira fundamental estas duas forças.

Esse processo pode ser parcialmente explicado pelo mecanismo de externalização que segundo Campbell é inerente à formação identitária do estado nacional. O exército nacional possui uma função fundamental para a consolidação e legitimidade do estado, sendo assim a segregação entre este e as demais forças militares é fundamental.

O uso deste tipo de mecanismo de coerção não estatal proporciona alguns benefícios para os estados, uma vez que o uso destas empresas privadas pode minimizar alguns dos custos econômicos e sociais dos conflitos. Mas geram alguns dilemas ligados à soberania e regulação, uma vez que estas forças apesar de serem mobilizadas pelo estado, não estão sujeitas as mesmas regras que controlam o poderio militar estatal, e seu uso muitas vezes gera consequências não antecipadas pelos governos.

O uso de forças paramilitares pelos Estados Unidos é um exemplo deste paradoxo, uma vez que a identidade interna do país pode ser vista como fortemente ligada a seu exército formal, e a luta constante contra o 'outro' externo. O envio de forças militares privadas externas para suplementar a ação do exército nacional

pode ser possivelmente explicada através da lógica de que estas forças privadas não são vistas como equivalentes ao exército nacional e sim a mecanismos externos ao estado, usados de forma a minimizar custos e agir em áreas onde o exército formal não pode agir devido ao forte controle exercido sobre os mecanismos formais de coerção.

A análise atesta que no contexto político do início do mandato do presidente americano Barack Obama havia uma demanda por parte dos eleitores por mudanças nas políticas econômicas e militares do país. Neste contexto então se configurou uma crescente demanda por parte do eleitorado pela retirada das tropas americanas do Iraque.

Porém este processo deveria ser feito de maneira bastante gradual, uma vez que um conflito de larga escala como este impacta diversos setores internos do país e afeta os interesses de diversos grupos. Como uma maneira de atender a estas demandas sociais e ainda garantir uma presença militar significativa no Iraque o governo passa a fazer uso de empresas militares privadas, de forma a suplementar a saída das tropas formais norte americanas.

Como visto o uso deste tipo de mecanismo privado de coerção coloca em questão alguns fatores importantes como dilemas relacionados à soberania estatal e a regulação formal destas forças. Mas a clara distinção formal entre as companhias militares privadas e o exército estatal torna possível atender as demandas do eleitorado e ainda preservar a influência militar estadunidense na região, embora existam os problemas associados à baixa capacidade estatal de regular estas companhias militares privadas.

Esse processo pode ser explicado pela lógica da dicotomia *inside/outside* apresentada por Walker e pelo mecanismo de externalização que segundo Campbell é inerente à formação identitária do estado nacional. O exército nacional possui uma função fundamental para a consolidação e legitimidade do estado, sendo assim a segregação entre este e as demais forças militares é fundamental.

O próximo capítulo oferecera uma análise que difere significativamente das visões apresentadas sobre o paramilitarismo, seu uso e as consequências do crescimento destas indústrias no século XXI.

4. A PRIVATIZAÇÃO DA SOBERANIA

Os capítulos anteriores fundamentaram a base teórica mais recorrente no campo das Relações Internacionais sobre o uso de forças paramilitares através da história. Focou-se nos autores mais relevantes para esta pesquisa, abordando temas ligados ao tema aqui proposto.

Este capítulo apresenta uma nova análise sobre o uso destas forças paramilitares na atualidade, explorando uma visão alternativa sobre o uso destas empresas, assim como o impacto que estas empresas têm na dinâmica dos estados. Nos capítulos anteriores foi apresentada a noção de que o conceito de 'inimigo' dentro do estado pode ser interpretada como uma construção social, assim como à noção de ameaça, estando sujeita a constante mudança e diferentes interpretações. Neste capítulo será apresentada uma análise de como o discurso que constrói o significado das empresas paramilitares atuais está ligado a esta constante mudança nas características do que é considerado como ameaça a soberania estatal.

O primeiro tópico aborda a presença dos paramilitares através da história, demonstrando a constante presença de forças mercenárias através do tempo. Será argumentado que esta presença recorrente dos paramilitares influenciou não apenas a criação do estado moderno, bem como a manutenção da soberania estatal atual.

Em um segundo momento serão discutidas as consequências sociais do uso de forças paramilitares, analisando as transformações sofridas pelas forças privadas, culminando nas empresas paramilitares modernas e como estas empresas se adaptaram as dinâmicas sociais atuais, assim como o papel destas empresas nos conflitos modernos, expondo as diferenças sociais entre as forças estatais e as empresas paramilitares. O terceiro tópico aborda a crescente comodificação do setor militar, focando no processo de securitização e o papel destas empresas neste processo. A última sessão aborda uma crescente mudança ocorrida depois da primeira guerra mundial, onde a guerra perdeu seu aspecto nobre, e como as *PMCs* estão na vanguarda deste processo.

4.1 A ILUSÃO DE SOBERANIA.

O uso de mercenários é uma prática milenar. Como visto no segundo capítulo esta prática é comum desde os impérios da antiguidade até os dias de hoje. O uso de forças estrangeiras contratadas pode ser visto como fundamental para a manutenção da segurança, no travamento de guerras e na solução de conflitos. A denominação mais comum para estes guerreiros estrangeiros é a de mercenários. Embora este nome tenha sido associado a todo tipo de combatentes ao longo dos anos estes ditos mercenários sofreram grandes alterações.

As cidades estado da Grécia antiga faziam uso recorrente de forças estrangeiras para a resolução de conflitos bélicos, sendo estes mercenários os grandes heróis de guerra de sua época, sendo retratados em obras significativas do período como a Odisseia e a Ilíada. Estas obras fazem parte da cultura mundial ainda hoje, sendo reinterpretadas inúmeras vezes e sendo fonte de inspiração para muitos livros, filmes e peças. Durante o período antigo o termo mercenário não possuía uma conotação negativa, uma vez que estes guerreiros eram a força padrão de defesa das cidades estado gregas.

Com o passar do tempo os mercenários sofreram mudanças significativas, se tornando cada vez mais especializados, alterando assim a percepção social destes homens ao longo da história. Durante a Roma antiga estes combatentes passaram a tomar um lugar secundário, uma vez que Roma contava com um exército próprio, porém a presença de mercenários ainda era proeminente, estas forças estrangeiras eram contratadas por generais romanos, ou membros do senado para suplantar as legiões romanas.

Soldados estrangeiros eram incorporados às forças militares da Roma antiga durante as campanhas no exterior, mercenários eram contratados para lutar juntamente com as legiões, e uma vez que novos territórios eram incorporados, os guerreiros eram muitas vezes assimilados às forças romanas. Neste contexto vemos que forças estrangeiras ajudavam a manter a segurança da república e posteriormente do império romano, e com a expansão bélica estes soldados que antes pertenciam ao *outside* passam a pertencer ao *inside*.

Com a chegada do medievalismo o conceito de um exército unificado, sobre o comando dos governantes caiu em desuso com o estabelecimento do feudalismo.

Nesta época, como vimos no segundo capítulo, temos um retorno ao uso de forças mercenárias, onde senhores feudais recrutavam estes guerreiros estrangeiros para executar funções altamente especializadas, como arqueiros e lanceiros.

Exércitos medievais eram compostos em sua maioria por camponeses destreinados, apenas a nobreza recebia treinamento militar formal. Estes soldados especializados dedicavam anos para aperfeiçoar suas técnicas de combate e eram de vital importância na composição de um exército.

O militarismo formal feudal era desorganizado e ineficiente, abrindo espaço para o crescimento do paramilitarismo. Neste período a sociedade era composta por castas sociais rígidas, e os mercenários em sua maioria não pertenciam à nobreza. Deste modo à presença de mercenários estrangeiros em exércitos comandados por nobres era comum, executando funções no campo de batalha que não era considerada digna da nobreza.

O uso do arco como arma de guerra pode ser usado como exemplo., Para se aprender a usar o arco de forma eficiente requer anos de treinamento e dedicação, sendo uma habilidade muitas vezes passada de pai pra filho, como muitas das ocupações dos camponeses medievais. O arco não era considerado como uma arma apropriada para a nobreza, que lutava sobre o código de honra da cavalaria, o arco era considerado uma arma covarde e desonrosa, sendo assim cabia a estes mercenários o uso desta arma. Os nobres aprendiam a manusear o arco apenas para caçadas e outros esportes e não como arma de guerra.

O uso de mercenários cresce significativamente durante a idade média, e eventualmente são formadas as primeiras companhias mercenárias. Estas companhias empregavam um grande número de homens, e representam um passo importante no desenvolvimento deste tipo de profissão. Os mercenários sempre tiveram a tendência de se organizar em grupos para uma melhor eficiência, e neste período estes grupos passam a atingir novos níveis organizacionais, passando a possuir uma crescente hierarquia interna, e passam a se especializar em um tipo de combate, ou prestação de serviço. Alguns exemplos, como salientados no capítulo dois, são companhias de arqueiros, lanceiros e homens de armas.

Com a chegada do renascimento, estas companhias continuam a crescer, e a partir do século XIII com o surgimento das cidades estado da renascença é criado o sistema de contratos. Estes contratos eram documentos legais formais que ilustravam os termos nos quais os grupos mercenários eram contratados. Estes

contratos representam uma grande mudança na dinâmica do uso de mercenários, e pode ser visto como a fundação para a chegada eventual das companhias paramilitares modernas.

Grupos de mercenários eram contratados para servir como as forças armadas tanto para a burguesia quanto para a nobreza. Sendo assim neste período, ainda mais proeminente do que na idade média, o uso de companhias mercenárias é de vital importância para a manutenção da soberania. As cidades estados da renascença não contavam com exércitos regulares, e dependiam fortemente destas companhias, o que levou ao refinamento destas, assim como do sistema de contratos, que foram se tornando cada vez mais complexos. Um exemplo visto no segundo capítulo, deste tipo de companhia que foi se tornando maior e mais complexa com o tempo é o da Grande Companhia que chegou a possuir mais de dez mil homens.

O século XX representa uma época onde o uso de forças mercenárias decaiu como nunca antes, neste século os estados nacionais lutavam por soberania, e os diversos conflitos armados deste século foram disputados primariamente com os exércitos nacionais. Estes exércitos foram de grande importância para a maioria dos países, principalmente durante a onda de nacionalismo atrelada as duas grandes guerras mundiais, e na ascensão das duas superpotências que desencadearam a guerra fria.

No segundo capítulo esta história do paramilitarismo é vista sobre a perspectiva de duas autoras, Tompson (1994) e Percy (2007), que sugerem uma possível ruptura na hierarquização entre os poderios militares na atualidade, criando uma distinção valorativa entre o exército nacional e as empresas paramilitares privadas. Esta visão construtivista das autoras pode ser complementada a partir da visão pós-estruturalista sobre o processo de externalização destas forças militares autônomas. A externalização das companhias paramilitares e dos mercenários estabelece uma clara distinção destas forças e o exército nacional.

A dicotomia '*Inside/Outside*' é de grande importância para a elaboração dos discursos da área de segurança das Relações Internacionais. Walker (1995) afirma que existe uma relação direta entre a definição de *inside/outside* e a definição espaço temporal. Segundo o autor, *inside* estaria atrelado à noção relativa de tempo, como continuidade e progresso, enquanto o *outside* estaria mais atrelado à noção

de espaço, sendo chave para fundamentar o conceito de soberania espacial entre as Nações.

Desse modo podemos especular que o exército nacional passa a fazer parte da identidade do Estado, ou seja, pertence ao *'Inside'* e é atrelado à noção relativa de tempo. Por sua vez as companhias independentes passam a se enquadrar no *'Outside'*, sendo que não pertencem ao governo e não fazem parte da estrutura formal do Estado. Desse modo os anacronismos atrelados aos grupos mercenários e piratas são, em parte, explicados pela diferenciação espaço temporal que compõe a dicotomia *'inside/outside'*.

Vimos no terceiro capítulo que o controle sobre o poderio militar privado pode ser interpretado como uma questão de segurança, sendo que qualquer entidade capaz de exercer a força deve ser controlada pelo estado. Esta ameaça, porém, segundo a teoria de Campebell (1998) apenas pode ser construída socialmente, através da interpretação discursiva.

Como pontuado no segundo capítulo, o mercenário, o paramilitar registrado e o soldado são tratados de forma distinta, tanto social quanto legalmente, porém eles não possuem distinções materiais significativas. Desta forma a diferença entre eles pode ser vista em um nível discursivo. Os papéis distintos que estes combatentes possuem socialmente os diferem fortemente neste nível, mas esta distinção pode ser vista como arbitrária, pois um mesmo soldado pode transitar entre duas ou mais categorias durante sua carreira militar.

Podemos entender que estes rótulos atribuídos aos soldados fundamentam sua importância para o estado e a sociedade, alterando a percepção dos mesmos neste contexto. Se levarmos esta análise em consideração vemos que o estabelecimento desta hierarquização é fundamental para a manutenção do status quo estatal perante a sua soberania, uma vez que o exército nacional fundamentado se encontra em um patamar superior aos demais, sendo as empresas paramilitares empregadas pelo estado em um nível tido como inferior, e o mercenário considerado ilegal se encaixa em uma categoria ainda mais baixa, sedimentando a ordem e justificando a existência da própria hierarquia, delimitando as fronteiras discursivas da atuação de forças militares, e estabilizando o discurso num sistema de inclusão e exclusão.

Como dito por Walker (2006) a posição oficial de qualquer Estado depende de sua legitimidade. Esta legitimidade provém da noção de soberania estatal, embora

este conceito seja amplamente discutido, ou seja, existem diversas definições divergentes sobre o que seja esta soberania, o estado necessita apenas ser reconhecido como minimamente soberano. A vasta amplitude de conceitos permite uma maior margem de manobra por parte do estado, desta forma é possível se manter a noção de soberania, a partir da noção de que a definição da mesma está em constante mudança.

O autor também aponta que a expressão de 'poder' de um estado esta ligada fortemente ao seu sistema de valores, sendo assim o uso legítimo do poder estaria conectado a identidade do estado, como esta identidade está em constante mudança às alterações sofridas no conceito de soberania estatal culmina em mudanças na definição do uso legítimo do poder e vice versa.

Fasolt (2004) constrói um argumento que complementa a visão de Walker. Na visão do autor, como ponderado no primeiro capítulo, a criação do estado moderno soberano se encontra no passado imutável, desta forma o estado é capaz de sofrer alterações no presente que podem ser consideradas como contraditórias à manutenção da soberania, por que a mesma estaria garantida no passado. Este ponto constante representa uma fundação solida na qual o estado é capaz de se manter, mesmo após sofrer algumas alterações.

Veremos nos tópicos seguintes que as mudanças sofridas com o final da guerra fria, a revolução tecnológica do início do século XXI e as mudanças econômicas deste período estabeleceram um cenário que levou a ascensão das empresas paramilitares privadas.

4.2 O PREÇO DA LIBERDADE.

Como argumentado no terceiro capítulo, à identidade do estado Norte Americano segundo Campbell, se encontra fortemente dependente do 'mito da fronteira'. O autor aponta que a fronteira é uma imagem poderosa e recorrente no discurso político Americano, sendo a fronteira a delimitação entre a barbárie e a civilização, o caos e a ordem.

Esta dicotomia é fundamental para a criação e constante mudança da identidade estatal a partir da lógica dicotômica de externalização e internalização.

Segundo Campbell, a fundamentação da identidade norte americana só foi possível a partir da externalização e das conseqüentes ações violentas tomadas contra 'o outro', em diferentes contextos o que era socialmente definido como 'o outro' sofreu diversas alterações, começando com os nativos norte americanos. Foram atrelados aos 'índios' os rótulos de bárbaros e atrasados, na visão Hobbesiana estes indivíduos não eram civilizados, e uma vez que estes não possuem conhecimentos formais serão incapazes de estabelecer uma civilização formal.

Como estabelecido capítulo três, o mito da fronteira é recorrente na identidade estadunidense. Durante o século vinte, o Iraque e o Vietnã foram comparados aos nativos norte americanos, referindo a estes países como 'país indígena', um termo usado para definir as terras controladas pelos 'outros'. Esta clara distinção estabelece uma separação entre o território interno e o externo ajudando a delimitar as fronteiras do estado soberano.

No início do século vinte o comunismo sofreu uma segregação semelhante, como a pontado no terceiro capítulo, os comunistas eram tidos como uma ameaça à civilização ocidental. Uma analogia foi estabelecida onde os comunistas eram chamados de 'vermelhos' este termo foi originado na conquista do oeste onde os índios eram chamados de 'pele vermelha'.

Como visto no segundo e terceiro capítulos, a guerra no Iraque, e à guerra ao terrorismo como um todo pode ser vista como uma extensão do dito 'mito da fronteira', sendo os terroristas considerados uma ameaça externa à civilização, sobre o ponto de vista estadunidense, estes terroristas são vistos como uma ameaça significativa à existência do estado.

Porém o uso acentuado de forças paramilitares pelos EUA nestes conflitos contra a dita ameaça terrorista levanta algumas questões quanto aos argumentos de Campbell. Como visto anteriormente, estas companhias paramilitares privadas atuam com aval estatal, porém sem um controle jurídico propriamente estabelecido, e podem ou não ser de origem estadunidense, empregando funcionários de diversas nacionalidades. Estas companhias não se enquadram de maneira tradicional na hierarquia padrão do estado nacional.

Sendo assim a utilização deste tipo poder militar pode ser visto como contrária a noção de Campbell de que a identidade americana é formada nesta dicotomia entre o 'eu' interno e o 'outro' externo.

Podemos analisar este paradigma da seguinte maneira. No segundo capítulo vimos que as forças paramilitares segundo Thompson são mecanismos não estatais, empresas privadas, e por não se enquadrarem dentro dos mecanismos tradicionais de coerção estatal estas empresas podem e são usadas para obter ganhos políticos e econômicos a custos menores. No segundo capítulo vimos que Thompson (1994) afirma que o uso destas empresas não estatais podem culminar em consequências não previstas pelos estados. A autora afirma que estas consequências provêm da falta de uma regulação efetiva sobre a atuação destas companhias paramilitares.

Primeiramente vamos analisar os efeitos que o uso destas empresas tem sobre os custos políticos de um conflito e os ganhos políticos que um estado pode receber ao fazer uso destas empresas. A autora afirma que o uso destas forças configura um paradoxo. Este se forma a partir da busca por maximizar a eficiência destas empresas, para tal os estados têm de minimizar seu controle sobre estas atividades, assim garantindo que estas forças possam atuar em áreas em que as forças formais do estado não podem, sendo que as consequências das ações destes grupos podem ser atribuídas a ineficiência ou baixa regulação das empresas, uma vez que o controle que o estado exerce sobre elas é pequeno.

Os custos de um conflito crescem gradativamente com o tempo, os conflitos no Afeganistão e Iraque duram mais de dez anos e com o passar dos anos eles passaram a apresentar custos sociais altos aos países envolvidos. Podemos analisar o crescente uso de forças paramilitares como uma forma de minimizar estes custos sociais. Vimos nos capítulos anteriores que as baixas de empresas paramilitares não são contabilizadas juntamente com as baixas do exército formal e dessa forma não possuem o mesmo peso político negativo.

Como plataforma de governo o presidente Barak Obama prometeu retirar gradativamente as tropas do Iraque e Afeganistão, porém estes conflitos afetam diretamente diversos setores do país, tanto econômicos quanto políticos e sociais. Sendo assim a diminuição do contingente de soldados estadunidenses no Iraque e no Afeganistão, foi feita com a gradual substituição destas forças por paramilitares. Esta medida pode ser vista como uma forma de apaziguar as pressões sociais internas que requerem do governo a retirada das tropas americanas do país, sem necessariamente comprometer as operações militares sendo efetuadas nestas frentes. Para entendermos a efetividade desta estratégia devemos levar em

consideração a segregação social estabelecida entre o soldado formal e o paramilitar ou mercenário.

A linha que separa o soldado do paramilitar pode ser vista como construída socialmente de forma a estabelecer uma distinção entre estas duas forças neste plano social. Como vimos um membro de uma empresa paramilitar muitas vezes pertencia ao exército estadunidense, e interagiu fortemente com estas empresas em sua carreira militar, eventualmente migrando para estas empresas.

Esta distinção socialmente construída é fundamentada na necessidade de salvaguardar as vidas dos soldados americanos, como argumentado anteriormente, na tentativa de reduzir o custo social da guerra. Porém a perda de vidas no campo de batalha é algo, ainda, inevitável. O uso de novas tecnologias ajuda a aumentar a efetividade das tropas e reduz o número de vidas perdidas no conflito, porém a necessidade do elemento humano no campo de batalha ainda é grande. A construção deste discurso que separa as duas forças permite uma interpretação diferente do conflito. A vida de um *PMC* é mantida fora da realidade construída da guerra, mantida em um quase anonimato, e sua ação tratada como uma transação de negócios, o *PMC* passa a ser visto como algo amplamente distinto do soldado.

Um dos grandes benefícios do uso de forças paramilitares pelos estados, como visto anteriormente provem do paradoxo criado pela dicotomia entre eficiência e controle estatal sobre as empresas paramilitares. Este controle restrito exercido pelo estado oferece mais um benefício político, como apontado no segundo capítulo, com esta falta de regulação os estados possuem a capacidade de se distanciar das ações consideradas imorais ou ilegais cometidas por estas empresas, alegando que os estados não possuem um controle tão rígido sobre como estas empresas operam. Dependendo da gravidade das transgressões cometidas pelas empresas, os estados tomam diferentes medidas administrativas, como o cancelamento do contrato e afastamento dos funcionários envolvidos.

Um bom exemplo pode ser encontrado no caso da empresa Blackwater que ao longo do seu tempo de atuação no Iraque foi acusada de diversas transgressões que levaram ao término do contrato com o governo estadunidense. Posteriormente a empresa foi desfeita e recriada com o nome de Xe Services e voltou a prestar seus serviços para o estado, a empresa foi renomeada uma segunda vez e hoje possui o nome de Academi: Elite Training, Trusted Protection. A trajetória desta empresa ilustra as vantagens políticas obtidas com o uso destas companhias, que atuam fora

da jurisdição estatal, assim como suas desvantagens, uma vez que as ações da Blackwater passaram a refletir negativamente no governo estadunidense por um tempo, até a recriação da empresa.

As companhias paramilitares possuem não apenas benefícios políticos e sociais, como benefícios econômicos, estes benefícios serão discutidos no próximo tópico. O contexto sócio econômico atual tornou amplamente vantajoso o uso deste tipo de empresa, e combinado com os benefícios sociais e políticos formam parte do contexto que colaborou com a ascensão das empresas paramilitares privadas no século XXI.

4.3 A COMERCIALIZAÇÃO DO MEDO.

Os conflitos armados movimentam milhões de dólares todo ano. Diversos setores econômicos e industriais estão envolvidos nesta economia bélica, e cada vez mais empresas privadas estão se tornando vitais para a manutenção das forças armadas. Como argumentado no segundo capítulo à busca por serviços mais baratos e eficientes para os militares tem levado a uma significativa ampliação do envolvimento destas empresas privadas, que por se mostrarem mais eficientes e economicamente viáveis tem assumido diversos papéis que antes eram de exclusividade do estado.

A manutenção da segurança no século vinte e um envolve diversos assuntos nas agendas dos estados. Como argumentado no primeiro capítulo diversos temas que não estão diretamente ligados a conflitos armados passam a ganhar prioridade na agenda estatal. Esta perda de prioridade dos conflitos armados na agenda internacional somada a crescente onda de privatizações de setores estatais levou à ascensão das empresas paramilitares. Estas empresas representam uma alternativa econômica viável para os estados. Ao ampliar o uso destas empresas os estados conseguem estender de forma artificial o orçamento militar, que se encontrava reduzido depois da guerra fria.

A revolução tecnológica do século XXI também foi influência para esta mudança do paradigma estatal no mundo pós-guerra fria. A corrida armamentista e espacial impulsionava os avanços tecnológicos na segunda metade do século XX,

mas com o final da guerra fria o setor privado passou a dominar o mercado de tecnologia de ponta. Como apontado no segundo capítulo, empresas privadas passaram a estar na vanguarda tecnológica, e os estados então passam a incentivar e muitas vezes financiar estas empresas, buscando impulsionar seus respectivos países não só econômica, mas militarmente, uma vez que estas empresas privadas passam a prestar serviços de vital importância para os estados.

Este enorme avanço tecnológico levou a criação de armas que fazem uso desta tecnologia de ponta, armas tão avançadas que apenas as empresas que desenvolveram estes armamentos possuem a capacidade para operar ou manter estes equipamentos. Um exemplo deste tipo de armamento são os *drones*, ou aeronaves não tripuladas, que exercem um grande número de funções, como vigilância, espionagem e ataques aéreos.

Estes drones têm causado grande controvérsia, quanto a sua efetividade, porém o uso deste tipo de equipamento tem crescido amplamente nos últimos anos, e o manuseio, manutenção e interpretação das informações coletadas por estes drones, são muitas vezes desempenhados por empresas privadas, trabalhando em conjunto com as forças armadas dos EUA.

Desta forma podemos analisar que a dependência militar destas tecnologias de ponta proveniente do setor privado ainda está em ascensão, na busca pela proeminência no campo de batalha e na diminuição do custo humano da guerra. Estas tecnologias fazem parte da busca por novo tipo de combate, um que minimize os custos e aumente a eficiência, poupando recursos não só econômicos, mas humanos e sociais.

No segundo capítulo também foi apontado que o uso de informações como ferramenta de guerra se mostra cada vez mais proeminente no século vinte e um, e que as empresas privadas estão na vanguarda deste processo. Esta dita guerra informacional pode ser vista como vital para este novo modelo de engajamento tático, uma vez que a obtenção de informações cada vez mais precisas, colabora significativamente para a efetividade das tropas, e muitas vezes é vital na prevenção a ataques.

O uso deste tipo de inteligência possui uma função ainda mais relevante, a prevenção de conflitos. Com o uso de inteligência e contra inteligência o cenário pode ser manipulado de maneira a prevenir conflitos armados. A obtenção de inteligência confiável sempre foi vital para os conflitos, porém com os avanços

tecnológicos estas informações são acessadas em tempo real, e atualizadas em uma velocidade nunca antes vista. Diversas fontes de inteligência trabalhando em conjunto podem filtrar informações enganosas, e esta referência cruzada pode ser feita de maneira muito mais efetiva, graças a estes avanços.

O uso de empresas privadas está fortemente conectado aos avanços tecnológicos, busca por um aumento na eficiência e na redução de custos financeiros e sociais dos conflitos, sendo fruto das tendências criadas pela nova ordem mundial no pós-guerra fria, e na revolução tecnológica do século XXI. Os EUA tem se mostrado um forte exemplo desta integração entre o setor privado e o militar. Como apontado no terceiro capítulo, os EUA são amplamente dependentes destas empresas privadas, estando na vanguarda desta possível transição.

4.4 JOGOS DE GUERRA.

A maneira com a qual as empresas paramilitares privadas estão integradas ao militarismo, e como estas companhias são interpretadas social e economicamente acabam por contribuir para a criação de uma imagem do paramilitar amplamente diferente do soldado nacional. Como argumentado anteriormente esta distinção é de vital importância para a manutenção da noção de soberania estatal, assim como proporciona grandes benefícios para a o estado que garantem a viabilidade destas empresas. Neste tópico será discutido como esta diferença social discursiva da percepção do paramilitar se enquadra dentro da noção do estado de exceção e como a vida do paramilitar é socialmente vista de forma distinta e socialmente inferior a vida do soldado nacional, apesar das diversas semelhanças entre eles.

Foi argumentado no primeiro capítulo que o estado de exceção e a noção de soberania estão fortemente conectados segundo Agamben (2005). O autor afirma que o dito estado de exceção esta localizado entre as esferas políticas e jurídicas, e é neste encontro que os paramilitares se encaixam. Como discutido anteriormente o uso de empresas paramilitares cresceu tanto nos últimos anos devido as necessidade socioeconômicas do século XXI somadas a percepção do terrorismo como uma ameaça prioritária por parte dos estados.

Porém a nova visão de que a vida do soldado nacional tem de ser preservada ao máximo limitou fortemente o curso de ação dos estados no combate a esta chamada ameaça do terrorismo, sendo assim os funcionários das empresas paramilitares privadas foram encaixados nesta junção entre as esferas políticas e jurídicas passando a fazer parte do estado de exceção. O uso deste tipo de empresa fica enquadrado como questão de segurança, e suas ações não estão sujeitas as mesmas regulações das forças nacionais e a não se encaixam na prestação de contas do estado.

Foi exposto anteriormente que a identidade estadunidense esta fortemente ligada ao militarismo nacional, e que esta identidade se faz na dicotomia entre o 'eu' e o 'outro'. Cidadãos que servem as forças armadas pertencem ao 'eu' e estão arriscando suas vidas em nome do estado e os ideais que este estado representa. Desta forma a vida deste combatente possui um peso social significativo e a morte de um soldado é sempre vista como uma tragédia. O paramilitar por outro lado por fazer parte do estado de exceção, e pertencer a uma empresa privada, se encontra em um patamar social único, ele é visto como um empregado da empresa e não um soldado patriota, a percepção deste indivíduo é de que ele se envolveu no conflito não para defender os ideais do estado, mas sim por interesses corporativos e financeiros.

Esta diferenciação somada à noção de que as informações relativas a estas empresas são mantidas em sigilo por questão de segurança, leva a desumanização do paramilitar. Os paramilitares abatidos em combate não recebem as honras militares de um soldado nacional, e não são contabilizados nas baixas oficiais do exército. O número de agentes de empresas paramilitares atuando no Iraque e no Afeganistão, também é contabilizado separadamente das forças do exército nacional. E como argumentado nos capítulos anteriores, à retirada das tropas estadunidenses destes territórios não leva em consideração as empresas privadas. Isso demonstra que os *PMCs* são vistos de forma amplamente distinta, não fazendo parte oficial das forças armadas do país.

Esta segregação entre as forças militares e paramilitares pode ser analisada então como parte da tendência de desumanização da guerra. Onde o uso de armas cada vez mais tecnológicas, o uso de empresas paramilitares para aumento da eficiência econômica e política do exército, assim como na preservação da vida dos soldados combatentes mostra que a visão da guerra como algo glorioso esta

chegando ao fim. Com o final das duas primeiras grandes guerras, que hoje são vistas quase universalmente como atrocidades na história da humanidade, os conflitos armados são considerados atrocidades a ser evitadas. As baixas obtidas nestas guerras estão sendo interpretadas como custos inaceitáveis destes conflitos. Porém as empresas paramilitares ainda são vistas de maneira suficientemente distintas dos exércitos nacionais para não se enquadrarem nesta visão, estando então fora desta equação e seu uso é visto como parte do estado de exceção, e não como parte da regra social que busca minimizar os danos causados pelos conflitos armados.

As empresas paramilitares privadas estão na vanguarda deste processo, elas provem soldados, tecnologias, treinamento, inteligência e uma vasta gama de serviços que são de grande importância para estes conflitos modernos, que buscam eficiência e baixos custos socioeconômicos para os conflitos armados. Cada vez mais estes conflitos tem se tornado um jogo de números e estáticas que buscam justificar as ações bélicas dos estados, e as empresas paramilitares ajudam a manter estes números dentro dos padrões socialmente aceitáveis, facilitando elaboração e aceitação de discursos favoráveis a estes conflitos armados, e minimizando as pressões sociais de uma sociedade cada vez mais contrária à violência, e as repercussões causadas por ela, mas ainda incapaz de se definir fora desta dicotomia *'inside/outside'* e o antagonismo que resulta dela.

CONCLUSÃO

A análise apresentada neste capítulo demonstra alguns dos dilemas relacionados ao uso de forças paramilitares na atualidade. Vemos que as forças militares formais do estado nacional e as forças empregadas pelas companhias paramilitares privadas possuem diversas similaridades, entretanto a partir da criação do estado nacional podemos notar um processo de segregação social que diferencia de maneira fundamental estas duas forças.

Esse processo pode ser explicado pela lógica do *'doubleoutside'* de Walker e pelo mecanismo de externalização que segundo Campbell é inerente à formação

identitária do estado nacional. O exército nacional possui uma função fundamental para a consolidação e legitimidade do estado, sendo assim a segregação entre este e as demais forças militares é fundamental.

O uso deste tipo de mecanismo de coerção não estatal proporciona alguns benefícios para os estados, uma vez que o uso destas empresas privadas pode minimizar alguns dos custos econômicos e sociais dos conflitos. Mas geram alguns dilemas ligados à soberania e regulação, uma vez que estas forças apesar de serem mobilizadas pelo estado, não estão sujeitas as mesmas regras que controlam o poderio militar estatal, e seu uso muitas vezes gera consequências não antecipadas pelos governos.

O uso de forças paramilitares pelos Estados Unidos é um exemplo deste paradoxo, uma vez que a identidade interna do país pode ser vista como fortemente ligada a seu exército formal, e a luta constante contra o 'outro' externo. No contexto político do início do mandato do presidente americano Barack Obama havia uma demanda por parte dos eleitores por mudanças nas políticas econômicas e militares do país. Neste contexto então se configurou uma crescente demanda por parte do eleitorado pela retirada das tropas americanas do Iraque.

Porém este processo deveria ser feito de maneira bastante gradual, uma vez que um conflito de larga escala como este impacta diversos setores internos do país, e afeta os interesses de diversos grupos. Como uma maneira de atender estas demandas sociais e ainda garantir uma presença militar significativa no Iraque o governo passa a fazer uso de empresas militares privadas, de forma a suplementar a saída das tropas formais norte americanas.

Como visto o uso deste tipo de mecanismo privado de coerção coloca em questão alguns fatores importantes como dilemas relacionados à soberania estatal e a regulação formal destas forças. Mas a clara distinção formal entre as companhias militares privadas e o exército estatal torna possível atender as demandas do eleitorado e ainda preservar a influência militar estadunidense na região, embora existam os problemas associados à baixa capacidade estatal de regular estas companhias militares privadas.

O envio de forças militares privadas externas para suplementar a ação do exército nacional pode ser possivelmente explicada através da lógica de que estas forças privadas não são vistas como equivalentes ao exército nacional e sim a mecanismos externos ao estado, usados de forma a minimizar custos e agir em

áreas onde o exército formal não pode agir devido ao forte controle exercido sobre os mecanismos formais de coerção.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo elaborar uma análise do paramilitarismo moderno, elaborando uma trajetória histórica do mercenário visando demonstrar como este tipo de mecanismo de coerção foi interpretado durante a história da humanidade e as alterações que levaram a criação do paramilitarismo atual. Posteriormente foi elaborada uma análise que busca oferecer uma explicação para o crescimento do uso de forças paramilitares no século XXI evidenciando algumas das dicotomias criadas pelo uso destas companhias e como foi formado o discurso que justifica o uso das mesmas, utilizando os EUA como estudo de caso.

Nesta obra foi utilizado um marco teórico pós-estrutural com ênfase na obra de Campbell e Walker na área de segurança, Falsot sobre a elaboração do estado nacional através da história e Agamben sobre a biopolítica e o estado de exceção.

A genealogia histórica elaborada demonstra que o uso de forças mercenárias sempre esteve presente na resolução de conflitos. Soldados treinados de diversas nacionalidades sempre buscaram se agrupar para melhor eficiência, e estes grupos foram se tornando mais complexos e se adaptando as mudanças ocorridas no campo político social mundial, eventualmente se tornando as chamadas companhias paramilitares privadas que hoje fazem parte importante do militarismo e da econômica mundial.

Vimos que as companhias paramilitares hoje oferecem uma gama significativa de serviços, indo muito além de meros combatentes contratados. Esta diversificação pode ser parcialmente explicada por dois fatores importantes, com a elaboração do estado moderno e a criação das noções modernas de soberania, caiu em desuso à contratação de combatentes privados, sendo assim as companhias paramilitares passam a oferecer outros serviços como transporte, inteligência, treinamento, suporte técnico, provisão de equipamentos entre outros.

O segundo fator foi à incorporação de tecnologias cada vez mais sofisticadas no aparato militar, e o setor privado se mostra na vanguarda tecnológica, sendo o setor mais indicado para fornecer, manter e operar estas armas altamente avançadas, como aviões não tripulados e satélites. Porém estas empresas privadas ainda fornecem combatentes sobre o comando estatal, estes combatentes atuam de

forma direta, fazendo parte dos soldados no campo de batalha, e de forma indireta, oferecendo homens altamente treinados para missões de reconhecimento, provendo segurança para VIPs, segurança para locais estratégicos como bases militares, refinarias de petróleo, aeroportos e outros locais significativos.

Nos últimos capítulos foi feita uma análise das dicotomias e das vantagens e desvantagens associadas ao uso destas companhias paramilitares privadas. Mostrando que o uso destas pode ser interpretado por vários conceitos clássicos de soberania como prejudiciais a existência do estado, porém vimos que foi construído um discurso que visa criar uma distinção clara entre estas forças privadas e os mecanismos formais de coerção estatal.

Este discurso visa externalizar estas companhias com objetivo de evitar uma associação com o militarismo estatal, dessa forma o estado pode fazer uso destas empresas para suplementar as suas forças sem comprometer a integridade identitária das mesmas. Ao colocar estas empresas no plano externo e ao mesmo tempo incorpora-las as forças estatais o estado cria um paradoxo, este paradoxo ajuda a maximizar a eficiência destas empresas que podem agir de uma forma mais abrangente, atuando em áreas que o estado é incapaz de agir, porém isso implica em um menor controle estatal sobre a atuação destas empresas o que pode ser prejudicial quando estas atuam de forma contrária aos desejos do estado.

As companhias paramilitares privadas suprem diversas necessidades do estado moderno. Oferecendo serviços militares mais baratos, que ajudam os governos a balançar seus orçamentos militares em uma era onde outros itens tomam prioridade na agenda estatal, oferecendo pessoal altamente especializado, capaz de executar funções complexas sem os custos de serem treinados pelo estado, oferecendo treinamento para as tropas estatais, e atuando rápida e eficientemente em áreas onde o estado ainda não esta presente.

O crescente envolvimento do setor privado no militarismo atual, e mais importante, as áreas onde este setor privado atua me leva a ponderar a questão de uma possível desumanização da guerra. Por desumanização me refiro a um distanciamento do elemento humano da resolução de conflitos armados, mais especificamente do campo de batalha. Com a introdução crescente de novas tecnologias que buscam minimizar as baixas sofridas nestes conflitos, ou evitar totalmente a necessidade do combate, como o uso crescente de inteligência, manipulação de informações, ataques ao espaço cibernético, uso de aeronaves não

tripuladas, entre outras, vemos uma crescente preocupação por parte dos governos em salvaguardar a vida de seus cidadãos, sejam eles civis ou combatentes.

As empresas privadas por ser vistas como externas ao estado corroboram esta teoria, uma vez que as baixas sofridas por elas não são socialmente contabilizadas nos custos humanos das guerras para os países. Sendo um dos fatores que contribui para a popularização deste tipo de empresa, e o crescimento destas no mercado mundial. Esta desumanização do soldado privado pode ser explicada a partir da visão de Agamben sobre biopolítica, uma vez que esse soldado perde seu valor humano e passa a ser tratado de forma amplamente distinta do soldado estatal, pertencendo ao externo, mas atuando em nome do estado.

As empresas paramilitares podem ser vistas como parte do estado de exceção, como apontado no primeiro capítulo, este estado de exceção se encontra justamente na fronteira dos poderes legais do estado, e como visto anteriormente é nesta fronteira que as empresas paramilitares atuam. A exceção segundo o autor é um tipo de exclusão, e como vimos anteriormente a externalização das empresas paramilitares é de vital importância, estando vinculadas ao estado, mas não estando restritas, as limitações impostas pelas regras estatais.

O estudo do paramilitarismo atual é complexo e controverso, cheio de paradoxos e dilemas recorrentes dos diversos conceitos sobre o paramilitar, a soberania, e as políticas de estado. A contemporaneidade do assunto contribui para a diversidade de opiniões, assim como o dinamismo, e o aumento no uso das companhias paramilitares, que continuam a crescer e englobando uma gama cada vez mais ampla de setores.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. BARNETT, Michael. (ed.). **Security communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ALVES, Ana Cristina Araújo, **Contos Sobre Ruanda: Uma análise crítica das narrativas sobre o genocídio ruandês de 1994**, Dissertação de Mestrado pela PUC-RIO.

ASHLEY, Richard, **The achievements of Post-Structuralism**, In: *International Theory: Positivism and Beyond*, 1996.

BAKER, Peter. With Pledges to Troops and Iraqis, Obama Details Pullout. The New York Times. 2009. Acessado em 24/07 de 2009. Disponível em (http://www.nytimes.com/2009/02/28/washington/28troops.html?_r=1).

BEST, Steven & KELLNER, Douglas (1991) **Postmodern Theory Critical Interrogations** The Guilford Press.

BUXTON, Julia. **The political economy of narcotics: production, consumption and global markets**. New York: Zed Books Ltd, 2006.

BUZAN, Barry. & WÆVER, Ole. & WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers. 1998.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minneapolis:University of Minnesota Press, 1998.

CAPUTO, John D., **DECONSTRUCTION IN A NUTSHELL: A Conversation with Jacques Derrida**, Fordham University Press, 1997.

CONACHY, James. Private military companies in Iraq: profiting from colonialism. Acessado em 24/07 de 2009. Disponível em (<http://www.wsws.org/articles/2004/may2004/pmcs-m03.shtml>).

DEVETAK, Richard. **Postmodernism**. In: BURCHILL, Scott and Andrew Linklater. *Theories of International Relations*. New York: St. Martin's Press, p. 179-209, 1996.

FASOLT, C. **The Limits of History**. Chicago: Chicago University Press, 2004.

FOUCAULT, Michael. *The Archeology of Knowledge*, Routledge, 1972.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das Drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

LANDLER, Mark. U.S. Troops to Leave Iraq by Year's End, Obama Says. *The New York Times*. 2009. Acessado em 24/07 de 2009. Disponível em (<http://www.nytimes.com/2011/10/22/world/middleeast/president-obama-announces-end-of-war-in-iraq.html>).

KOŁODZIEJ, Edward. A. **Security and International Relations**. Cambridge University Press. 2005.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI Adam. STOKES, Susan C. **Eleições e representação**. Lua Nova. 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa Social Questões, Métodos e Processos** Artmed editora. 2004.

MENDES, Cristiano Garcia. **A Construção do Conceito de Terrorismo**: Análise dos Discursos do Ex-Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair. 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília.

PERCY, Sarah. **Mercenaries**. The History of a Norm in International Relations. Oxford University Press. 2007.

SCAHILL, Jeremy. Iraq Withdrawal? Obama and Clinton Expanding US Paramilitary Force in Iraq. *The Nation*. 2012. Acessado em 24/07 de 2009. Disponível em (<http://www.thenation.com/blog/37877/iraq-withdrawal-obama-and-clinton-expanding-us-paramilitary-force-iraq#>).

SINGER, P.W. *Corporate Warriors. The Rise of the Privatized Military Industry*, Cornell University Press. 2007.

SCOTT, Peter Dale. **Drugs, oil, and war: the United States in Afghanistan, Colombia, and Indochina**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2003.

THOMSON, Janice E. **Mercenaries, Pirates, and Sovereigns**. State-Building and Extraterritorial Violence in Early Modern Europe. Princeton University Press. 1994.

WALKER, R. **Inside/ Outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva. 2002

WALKER, Rob. J. The double outside of the modern international. In: *Ephemera: Global conflicts*, 6 (1) p. 56-69, 2006.

WEBER, Cynthia, ***Simulating Sovereignty: Intervention: the State and Symbolic Exchange***, Cambridge University Press, 1995.